

# A FLOTILHA DE SUBMERSÍVEIS E O LEVANTE DO ENCOURAÇADO SÃO PAULO

RUY CAPETTI

Vice-Almirante (RRm)

FRANCISCO CARLOS PEREIRA CASCARDO

Capitão-de-Mar-e-Guerra (Ref<sup>o</sup>)

---

## SUMÁRIO

Introdução

O quadro inicial

A Revolução de Isidoro e as repercussões na Marinha

A Flotilha de Submersíveis e a Conspiração Protógenes

*O domínio da Flotilha*

*Novas tentativas*

O ataque impossível

*Alexandrino toma conhecimento da rebelião do São Paulo*

*A ordem de ataque para os submarinos*

*A movimentação do F-3*

Analisando a participação da Flotilha

*Os depoimentos de Pinto Lima*

*Voltando à análise dos fatos*

*Novamente o dia 4 de novembro*

Palavras finais

## INTRODUÇÃO

No conturbado período em que viveu o Brasil nas décadas de 1920 e 1930 aconteceram vários movimentos militares, em alguns dos quais a Marinha esteve diretamente envolvida.

Um deles, ocorrido em 4 de novembro de 1924, conhecido como a **Revolta do Encouraçado São Paulo**, despertou-nos o desejo de maior aprofundamento histórico, em especial na participação da então Flotilha de Submersíveis, provocado, principalmente, pela manifestação de autores

## CRONOLOGIA DOS EVENTOS CITADOS NO ARTIGO

(Elaborada pela *RMB*)

22/11/1910	Revolta da Chibata (João Cândido)
12/1910	(Continuação da Revolta no Corpo de Fuzileiros Navais)
05/07/1922	Questão militar. O Tenentismo
05/07/1924	Revolução Paulista ou Revolução de Isidoro
13/07/1924	Movimento em Manaus
1924	Movimento no Rio de Janeiro
	*
	* *
19/10/1924	Comandante da Flotilha dá ordem para que as cabeças de combate dos torpedos passe para os submarinos
20/10/1924 – noite	Aché (Rev.) é avistado no Arsenal por Cockrane (Gov.)
21/10/1924 – 2h da madrugada	Início planejado da Revolução Protógenes
23/10/1924 – madrugada	Início planejado da segunda tentativa
24/10/1924 – pela manhã	Prontidão rigorosa
25/10/1924 – madrugada	Início planejado da terceira tentativa
25/10/1924 – ao amanhecer	Prisão dos comandantes do <i>F-1</i> e <i>F-5</i>
	*
	* *
04/11/1924 – pela manhã	Revolta do Encouraçado <i>São Paulo</i>
04/11/1924 – 07:00h manhã	Levante é conhecido pelo Ministro da Marinha
	Ministro da Marinha dá ordem para os submarinos atacarem o <i>São Paulo</i>
08h10	Pinto Lima (Comandante do <i>F-3</i> ) recebe ordem para preparar-se para atacar o <i>São Paulo</i>
08h30	Pinto Lima desatraca do Tender <i>Ceará</i>
09h15	Encouraçado <i>São Paulo</i> suspende e ruma para a barra
10h15	Pinto Lima suspende das Docas do Lloyd para atacar o <i>São Paulo</i>
11h	Encouraçado <i>São Paulo</i> cruza a barra do Rio de Janeiro
11h15	Pinto Lima retorna para junto do Tender <i>Ceará</i> , na superfície
12h40	Encouraçado <i>Minas Gerais</i> pronto para suspender
até 14h55	Pinto Lima mergulhado, patrulha a entrada da barra.
17h07	Encouraçado <i>Minas Gerais</i> larga da bóia
18h43	Encouraçado <i>Minas Gerais</i> volta ao poço
21h04	Encouraçado <i>Minas Gerais</i> suspende com vários navios, para o sul
08/11/1924 – 07h45	Encouraçado <i>Minas Gerais</i> fundeia na Ilha de Santa Catarina fugindo do mau tempo
10/11/1924 – 1945	Cruzador <i>Barroso</i> suspende de Santa Catarina para o Rio de Janeiro com o Ministro da Marinha a bordo

## GOVERNISTAS – LEGALISTAS

Almirante **Alexandrino** de Alencar – Ministro da Marinha e Senador  
 Primeiro-Tenente Gerson **Macedo Soares** – oficial do Contratorpedeiro *Rio Grande do Norte*  
 Comandante Francisco **Espiridião** de Andrade – oficial do Contratorpedeiro *Rio Grande do Norte*  
 Capitão-de-Fragata Mário de Paula Guimarães – Comandante da Flotilha de Contratorpedeiros  
 Primeiro-Tenente Roberto Faller Simon – oficial do Contratorpedeiro *Rio Grande do Norte*  
 Capitão-Tenente J. **Leite Oliva** – oficial de serviço do Arsenal de Marinha  
 Almirante Frontin – Diretor do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro  
 Comandante Amâncio – Diretor do Material do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro  
 Segundo-Tenente Augusto do **Amaral Peixoto Jr.** – oficial do *São Paulo* integrante da Companhia de Marinheiros do *São Paulo*  
 Capitão-Tenente Augusto Pereira – oficial do *São Paulo*, comandante da Companhia de Marinheiros do *São Paulo*  
 Segundo-Tenente Carlos Alberto **Saldanha da Gama** – oficial do *São Paulo*, integrante da Companhia de Marinheiros do *São Paulo*  
 Presidente Arthur Bernardes – Presidente da República (15/11/22 a 15/11/26)  
 Presidente Washington Luiz – Presidente da República, deposto em 1930  
 Presidente Afonso Pena, Nilo Peçanha, Hermes da Fonseca, Venceslau Braz e Arthur Bernardes – Presidentes da República, respectivamente nos períodos: 15/11/06 a 14/6/09 (AF), 14/6/09 a 15/11/10 (NP), 15/11/10 a 15/11/14 (HF), 15/11/14 a 15/11/18 (VB), 15/11/22 a 15/11/26 (AB)  
 Ministro da Marinha (civil) João Pedro da **Veiga Miranda**  
 Presidente Epitácio Pessoa – Presidente da República no período de 28/7/19 a 15/11/22  
 Capitão-de-Fragata Joaquim Buarque Lima – Comandante da Flotilha de Submarinos  
 Capitão-de-Fragata José Machado de **Castro e Silva** – Comandante da Flotilha de Submarinos  
 Capitão-Tenente Armando de **Pinto Lima** – Comandante do *F-3*  
 Capitão-Tenente **Raul Reis** de Souza – Comandante do *F-3* (substitui Pinto Lima)

## REVOLUCIONÁRIOS – CONSPIRADORES

General Isidoro Dias Lopes – Chefe da Revolução de 1924 em São Paulo  
 Almirante Aristides Mascaranha – Preso cerca das 2100 de 5/7/24.  
 Comandante Protógenes Guimarães – chefe dos revolucionários  
 Herculano Parga – Ex-Governador do Maranhão  
 Senador Antonio Muniz  
 Senador Muniz Sodré  
 Deputado Baptista Luzardo  
 Deputado Plínio Corado  
 Deputado João Baptista de Azevedo Lima  
 Capitão-Tenente Attila Monteiro **Aché** (p. 9) designado comandante do *F-3* (p. 9)  
 Capitão-Tenente Nelson **Simas de Souza** – comandante do *F-1*  
 Primeiro-Tenente Edgard Paula de Oliveira – imediato do *F-1*  
 Capitão-Tenente Mario de **Azevedo Coutinho** – comandante do *F-5*  
 Primeiro-Tenente Aldo Sá Brito de Souza – imediato do *F-5*  
 Contramestre Luiz Avelino **Pedreira** – do Submarino *F-5*  
 Cabo Nicomedes Moraes de Andrade – do Submarino *F-5*  
 Capitão-Tenente José **Brito de Figueiredo**  
 Condutor EL-SO Benedito Amorim dos Santos – embarcado em submarino  
 Condutor MO-SO **Jorino** Augusto de Azevedo – embarcado em submarino

que, apesar de testemunhas, descreveram os eventos e caracterizaram atitudes de forma não condizente com o juízo que fazemos dos nossos primeiros submarinistas.

Estes homens abnegados, pelo simples fato de guarnecerem máquinas infernais, ainda pouco desenvolvidas, e portanto inseguras, como eram os submersíveis naquela época, não poderiam deixar de ter uma grande dose de coragem, mas foram acusados desta lhes faltar no momento de aderirem ao movimento, em novembro de 1924.

Assim se manifestou, 55 anos após o evento, por exemplo, Carlos Alves de Souza, que na ocasião era primeiro-tenente servindo como oficial do Gabinete do Almirante Alexandrino, então ministro da Marinha:

*"Fui ao Catete e, depois de obter autorização do Presidente, segui para o capitânia da Flotilha de Submersíveis. Senti da parte dos submarinistas a maior má vontade em cumprir as ordens do Ministro. Estavam todos comprometidos, mas não tiveram coragem de aderir ao movimento revolucionário..."*(1)

A leviandade de tal afirmativa já foi provada, à saciedade, em outra ocasião(2), mas permaneceu-nos o desejo de melhor conhecer o episódio, com maior profundidade.

Alguém escreveu "que a História é uma farsa".

Acreditamos em tal afirmativa, na medida em que a História pode ser conformada segundo a visão polarizada dos vencedores, ou a visão viciada dos perdedores, quando deve sê-lo pela visão qualificada do verdadeiro pesquisador-historiador, imune às diversas influências que levam um indivíduo a narrar os fatos segundo seu ponto de vista particular.

No entretanto, tais pessoas sempre existirão, e é preciso consultar seus escritos com tolerância e paciência para detectar a

verdade, escoimando da farsa os inconvenientes juízos de mérito, ou de valor, que levam a adaptar suas narrativas aos interesses particulares.

Esta verdade a que nos referimos deve ser muito bem curtida pelo passar dos anos. Consolidada no arrefecer dos ânimos e paixões, deve desvestir-se das vaidades e ser isenta da sanha de inserir-se, se testemunha ou partícipe, como ator importante ao qual pode ser atribuída autoria, ou participação proeminente nos fatos.

Sobre o levante do Encouraçado *São Paulo*, o autor citado linhas atrás escreveu com a autoridade que as lembranças passadas lhe permitiram, mas, lamentavelmente, traiu-se, ou pela falha de memória, ou por algum outro motivo. Talvez o justifique a confissão de que estava em tempo de crise.

Se tal insurreição foi, conforme o libelo do procurador criminal da República interino Sobral Pinto, como decorrência do Inquérito Policial Militar (IPM) instaurado,

*"senão o corollário necessario da propaganda subversiva desse pequeno grupo de insubordinados a que esta Procuradoria, na denúncia que offereceu sobre a conspiração chefiada pelo Capitão de Mar e Guerra Protogenes Pereira Guimarães, já se havia referido..."*(3)

é porque havia uma proposição perversa, da qual resultou tal corollário, e que não pode ser negligenciada, para que bem se possa entender os acontecimentos.

A limitação cronológica linhas atrás mencionada tem apenas o sentido de localizar o leitor para os eventos que pretendemos recordar, e não é demais lembrar que nela estão presentes todas as mazelas herdadas de um contexto mais amplo, desde a proclamação da República e continuando pelos diversos governos republicanos seguintes.

## O QUADRO INICIAL

Começemos por comentar que julgamos definitivamente equivocado considerar que na História importem mais os fatos do que as pessoas, uma vez que aqueles, em geral, só se explicam quando se conhecem as personalidades envolvidas; no caso em questão, os homens que chefiavam política e militarmente a Marinha, e principalmente os seus comandados, dos oficiais aos mais modernos marinheiros da nossa Armada.

Os principais vícios da proposição referida recaem justamente sobre o mau gerenciamento do pessoal e a excessiva centralização da autoridade, que, redundantemente, agravava o primeiro. Eram falhas gritantes nos modelos adotados nas reformas conduzidas pelo Almirante Alexandrino<sup>1</sup>, que foi ministro em três ocasiões distintas, inclusive na da revolta do Encouraçado *São Paulo*:

Senão vejamos:

a) a **excessiva centralização administrativa**, pela subordinação direta ao ministro de grande número de órgãos, abrangendo a direção setorial superior e a prestação de serviços, e porque ele avocava a si, praticamente, todas as decisões, até nos menores detalhes, "o que intimidava e desestimulava os chefes setoriais e isentava responsabilidades nas soluções dos inúmeros e imensos problemas da administração naval" (4); e

b) o **trato de problemas referentes aos diversos corpos e quadros de pessoal** (fossem oficiais, inferiores ou praças) que era

atribuído individualmente ao Estado-Maior da Armada (EMA) e às diferentes inspetorias técnicas, não existindo, portanto, uma política única de pessoal. Assim, os quadros envelheciam, deteriorando as perspectivas de carreira. Por seu turno, as escolhas dos oficiais para os diversos comandos se davam muitas vezes mais pela simpatia que puramente pelo mérito.(4)

Esse tipo de gestão, mesmo depois da morte do Almirante Alexandrino, continuou a enfraquecer a organização administrativa da Marinha e o ânimo do pessoal. Ele era caracterizado pela centralização da tomada de decisões de toda ordem, da qual resultaram hábitos perniciosos, tais como a falta de iniciativa dos escalões subordinados, o encaminhamento de quase a totalidade dos problemas à consideração superior e a falta de cooperação horizontal na busca de soluções para os problemas comuns, entre outros.

Tal quadro veio a ser agravado iterativamente por fatores de fraqueza como

"a) a insuficiência, tanto em número quanto em qualificações, dos quadros de pessoal;

b) a dependência do estrangeiro para adquirir, reparar ou modernizar as unidades da nossa Força Naval e para a obtenção de carvão combustível, sobressalentes e munição, itens necessários à movimentação, manutenção e adestramento das unidades navais e suas tripulações." (4)

A satisfação não podia ser total. Paulatinamente, pela imobilidade, acentuariam-se a desmotivação profissional da oficialidade e mesmo a das guarnições.

1 N.A.: Sobre erros e acertos do Senador e Almirante Alexandrino de Alencar, em particular o Programa Naval de 1910, veja *A Esquadra de 1910 seus Problemas e Benefícios*, do Almirante Helio Leoncio Martins, in *Revista do Clube Naval*, nº 297/1995. Lembremos, por outro lado, a criação da Esquadra brasileira, como força de combate organizada, denominação dada a nossa Esquadra pelo Decreto 16.623, de outubro de 1924, do Presidente Arthur Bernardes, sendo ministro da Marinha o Almirante Alexandrino de Alencar.

Devemos lembrar que não se passara muito tempo depois das revoltas dos marinheiros<sup>2</sup>, e as feridas do ressentimento e da desconfiança talvez ainda não estivessem completamente saradas.

Naquela época (da referida revolta), diversos fatores, tais como o comportamento dos chefes, o desconhecimento por muitos do que se passava, a má remuneração do pessoal, a baixa qualidade do elemento humano, que apresentava razoável índice de analfabetismo, o estado do material, as perspectivas de carreira, a experiência de ministros civis no governo anterior, entre muitos outros, certamente não cristalizaram a disciplina espontânea e incontestada como última palavra nos fundamentos da organização naval.

Excetuados os entusiasmados e *crentes*, pelas características das atividades que praticavam (como eram referidos os submarinistas e aviadores), talvez houvesse muito mando, mas ausência de liderança nos diversos elos da cadeia de comando.

A grande moldura desse quadro ora examinado era a situação nacional, de insatisfação geral pelo domínio da República por uma oligarquia política, apoiada nos centros econômicos de Minas Gerais e São Paulo, a qual mantinha as rédeas do poder, aproveitando-se de legislação peculiar, do

voto a descoberto e do controle eleitoral exercido pela Comissão de Verificação de Poderes nos níveis federal e estadual<sup>3</sup> (e conseqüentes eleições fraudulentas).

Dela resultou a contaminação da jovem oficialidade do Exército e da Marinha, evoluindo para movimentos militares que culminaram com a Revolução vitoriosa de 30, quando participou ativamente a facção política derrotada nas eleições presidenciais daquele ano.

Não é por demais lembrar a exacerbação do descontentamento aí pelo ano de 1922, quando se criou uma *questão militar*, da qual resultou o movimento que se denominou de *Tenentismo*.<sup>(4)</sup>

Derrotados os tenentes em 1922, não cessaram as atividades e os conspiradores infiltraram-se nas guarnições militares por todo o País.

Em 1924 eclodiram movimentos no Estado de São Paulo (5 de julho), em Sergipe, Belém e Manaus (13 de julho) e no Rio de Janeiro. Nestes dois últimos episódios, a Marinha teve papel saliente.

É nesse caldo de cultura que se inserem os movimentos revolucionários da década de 20.

Dinâmico, mas autoritário, essas características que o tornaram um grande chefe

2 N.A.: Governo Hermes da Fonseca (1910-1914). O início do governo conheceu os levantes da Armada, feitos pelos marinheiros, que protestavam contra o regime de castigos corporais. Se o primeiro (em novembro de 1910) terminou com a anistia dos revoltosos, o segundo (dezembro) foi violentamente sufocado, custando inúmeras vidas.

3 N.A.: A apuração dos votos era encaminhada para esta Comissão, que tinha poderes para alterar os resultados, o que era feito com freqüência. Exemplo mais expressivo foi no Rio Grande do Sul, único estado em que a reeleição de governador era permitida. Como conseqüência, Borges de Medeiros governou durante 25 anos consecutivos. Esta situação só foi alterada como resultado da Guerra Civil de 1923, em que a reeleição não foi mais permitida.

4 N.A.: As contradições entre as camadas urbanas e o sistema oligárquico se aprofundaram, aquelas sempre derrotadas por este no mecanismo eleitoral viciado.

No Exército, sempre sensível às aspirações dos setores médios, onde era recrutado o grosso da oficialidade, surgiu um sentimento de revolta, por anseio de mudanças – embora de ideologia vaga –, que desprezava a política (como então era feita) e os políticos.

Esse descontentamento, mais forte entre os oficiais jovens, gerou o “Tenentismo”, responsável, já em 1922, pela Revolta do Forte de Copacabana, da Escola Militar e de parte da Vila Militar.

naval não fizeram o Almirante Alexandrino querido por todos.

Divididas as paixões, nos momentos de convulsão política, apresentaram-se revoltosos e legalistas em todos os segmentos, entre eles os submarinistas.

### A REVOLUÇÃO DE ISIDORO E AS REPERCUSSÕES NA MARINHA (JULHO DE 1924)

A Esquadra, baseada no Rio de Janeiro, executava zelosamente a sua rotina de exercícios. Os ecos da política mal chegavam aos navios, salvo os férteis boatos muito freqüentes na época, e que, quando circulavam, vinham enriquecidos com detalhes maliciosamente incorporados pela ironia, característica peculiar dos oficiais mais jovens. No dia-a-dia, a vida corria tranqüila, nada fazendo supor a proximidade de uma guerra civil, que se insinuava abaixo da linha do horizonte.

Todas as manhãs largavam, às 9 horas, do Cais do Arsenal, as lanchas que transportavam os oficiais licenciados, de regresso para os navios. Enquanto aguardavam a hora de embarque, corria o *Jornal da Praia* a sua edição diária, com as rodas formadas pelos mais antigos, que conversavam sobre o serviço, e os mais modernos, dedicados aos seus assuntos preferidos – os comentários sobre esportes e as namoradas.

A manhã de 5 de julho de 1924 constituiu-se em extraordinária exceção, com todas as rodas absorvidas por um tema único – o que estava ocorrendo em São Paulo? Falava-se com insistência na revolta da guarnição do Exército, mas sem detalhes que a esclarecessem.

Quando os oficiais chegaram a bordo, foi-lhes dada a conhecer a comunicação oficial de que, desde as primeiras horas da madrugada, a capital paulista encontrava-se dominada por intensa luta, travada entre forças legalistas e revolucionários chefiados pelo General Isidoro Dias Lopes<sup>5</sup>, estes com significativa adesão de substancial parcela da Força Pública Estadual.

Lembrando a Revolução de 1922, dois anos depois, exatamente na mesma data, renascia o 5 de Julho.

A bordo do Contratorpedeiro *Rio Grande do Norte*, o Primeiro-Tenente Gerson Macedo Soares acabava de examinar os planos do navio com o seu Comandante Francisco Espiridião de Andrade, para determinar qual “o pontal a vante, a meia-nau e a ré”, quando adentrou o oficial de comunicações com a mensagem acabada de receber, que determinava sustar o licenciamento.

Regressando para seu navio, o Contratorpedeiro *Mato Grosso*, Macedo Soares presenciou a azáfama criada: outra mensagem, esta ordenando “promptidão rigorosa”, e a vinda para bordo do Comandante da Flotilha de Contratorpedeiros, Capitão-de-Fragata Mário de Paula Guimarães, que ainda do interior da lancha determinou que o contratorpedeiro se aprontasse para largar rumo a Santos o mais cedo possível.

Dentro do pouco tempo disponível, foram tomadas providências em caráter de emergência: pedidos de sobressalentes ao Depósito Naval, escalação de externos para chamar os oficiais e acender as caldeiras (mas como não havia lenha a bordo, obrigou o chefe de máquinas a buscar barricas velhas nas obras do dique da Ilha das Cobras). Os poucos oficiais a bordo, no seu

5 N.A.: Movimento de inspiração tenentista. Os revoltosos protestavam “contra a insensibilidade dos meios políticos, relativamente às aspirações democráticas de livre pronunciamento eleitoral do povo brasileiro, fora dos habituais conchavos dos Partidos Estaduais dominantes”. (Hélio Viana, *História do Brasil*).

dizer, pareciam “abelhas mestras” dando ordens, ou então ao se cruzarem, trocando impressões e ousadas conjecturas.

Como os oficiais estavam desprevenidos, sem roupas no navio, Espiridião licenciou-os por duas horas, para apanhá-las.

Macedo Soares, ao chegar em casa e avisar a família que ia partir, deixou-a bastante apreensiva pelos riscos envolvidos, e mais ainda estupefacta, pelo inusitado dos fatos.

Ao regressar para bordo, deparou no caminho com os jornaleiros que apregoavam as primeiras notícias, que, em sua observação, pouca atenção despertavam nos transeuntes.

No Arsenal, Macedo Soares encontrou seu colega de camarote, Primeiro-Tenente Roberto Faller Sissón, e passaram a aguardar a condução que os levaria para o *Mato Grosso*. Sua atenção foi despertada quando, em dado momento, um soldado do Exército, muito perfilado, apresentou-se na sala de estado daquele estabelecimento ao oficial de serviço, Capitão-Tenente José Leite Oliva:

“– *Prompto seu commandante, onde é que descarrego a alfafa que está ahi numa carroça?*

– *Alfafa?*”

O Leite Oliva nada sabia de alfafas, mas o soldado explicou “que era para uma certa força que devia embarcar no *Minas Geraes*”.(5)

Continuando suas observações, Macedo Soares testemunhou o intenso movimento que fora desencadeado pela urgência das providências tomadas:

*“Chegara o almirante Frontin, director do Arsenal; andava dando ordens o commandante Amancio, director do material; viam-se officiaes que chegavam, chamados em casa por um memorandum urgente, ordenanças, soldados navais, taifeiros com embru-*

*lhos, em cujas pernas era atropelado um cachorrinho vagabundo e manco de uma pata traseira.”* (5)

Por volta das 21 horas, embarcou numa lancha o chefe do Gabinete do Ministro Alexandrino, acompanhando o Almirante Aristides Mascarenhas, que fora preso e era conduzido para o *Belmonte*. Comentava-se que outras prisões tinham sido efetuadas.

Naquela mesma manhã, ao chegar a bordo do *São Paulo*, o Segundo-Tenente Augusto do Amaral Peixoto Júnior cientificou-se das ordens: rigorosa prontidão e determinação de preparar o encouraçado para qualquer ação.

**À noite de 5 de julho**, suspendia para Santos uma parte da Esquadra, constituída pelo *Minas Gerais*, *Barroso*, *Benjamin Constant*, *Alagoas*, *Mato Grosso*, *Rio Grande do Norte*, *Amazonas*, *Maria do Couto*, *Tenente Lahmayer*, e duas esquadilhas de aviões *F-S-L*, dois *HS-2* e dois *MF*.

Segundo depoimento de Amaral Peixoto, o resultado desta expedição foi desastroso:

*“Sem nenhum preparo, essa Força foi até a capital paulista, de onde regressou sofrendo sério revés. Milagrosamente escapou de ser aniquilada ou aprisionada.”* (6:10-16)

As notícias chegavam ao Rio e aos navios com exagerado aumento. Como consequência desse fracasso, e para apoio moral, o *Encouraçado São Paulo*, aos 18 de julho, recebeu ordens de preparar uma companhia de marinheiros, que deveria seguir viagem no mesmo dia. Foi designado para comandá-la o Capitão-Tenente Augusto Pereira, oficial distinto, respeitado por todos os seus colegas, e que assinara na lista de voluntários, pois o Ministro da Marinha desejava que a oficialidade fosse toda de fiéis defensores do Governo.

Fato notável, a respeito de tal lista, é que nenhum segundo-tenente compareceu para subscrever o voluntariado governista, o que levou o comandante do navio a efetuar sorteio entre os oficiais para integrar o contingente que seguiria para Santos.

Amaral Peixoto foi sorteado, juntamente com o Segundo-Tenente Carlos Alberto Saldanha da Gama, que ele considerava "boníssimo", e que faleceu muito jovem. Contudo, apesar do sorteio entre oficiais de uma lista na qual nenhum segundo-tenente aparecia, a nota lançada nas cadernetas subsidiárias de todos os oficiais dizia:

*"Destacou voluntariamente como oficial do contingente que seguiu para Santos, afim de cooperar na ação contra o levante em São Paulo, em 18 de julho de 1924, chegando a Santos a vinte, seguindo para operações de guerra em São Paulo, onde permaneceu na linha de frente até 28, partindo a 29 por via férrea e regressando a bordo em 30 do mesmo mês."* (6:10-16)

Amaral Peixoto e muitos outros oficiais discordavam da ordem de Alexandrino. Para eles, o aspecto técnico do emprego de uma tropa formada por marinheiros, não habilitados para lutar em terra, era discutível. Reconquistar a cidade de São Paulo, ocupada por tropas de infantaria do Exército mais as da Força Pública, a primeira apropriada para manobras no terreno, e a segunda preparada por uma missão militar francesa e dotada de treinamento específico para o combate urbano, numa luta cujo objetivo seria a retomada de rua por rua, ou casa por casa, levava à certeza de que a ordem de Alexandrino constituía alto risco para os não habilitados expedicionários navais. No seu entender, a

tarefa de combater na capital seria mais apropriada para o Batalhão Naval, apoiado pela Força Naval que ocupara o porto de Santos, esta sim em missão específica da Marinha. Segundo os discordantes, o emprego do Batalhão Naval teria sido a decisão adequada.

O que Amaral Peixoto se referiu como "apoio moral" mascarava apenas o emprego político da Marinha, uma vez que as considerações de ordem militar, seriamente criticáveis quanto ao emprego do contingente de marinheiros, foram de fato relegadas pelo aspecto político inerente, qual seja o de demonstrar que a Marinha solidarizava-se com o Presidente Bernardes<sup>6</sup> e lhe prestava apoio.

Com o abandono da cidade de São Paulo pelos revolucionários, no dia 28<sup>7</sup>, os navios e a Força Naval desembarcada receberam ordens de regresso, pois caberia ao Exército continuar a luta em perseguição aos retirantes.

Ironia do destino, Amaral Peixoto não podia imaginar que cinco meses depois combateria o governo de Bernardes, tendo como companheiros os seus ex-adversários desta ocasião.

Macedo Soares, que continuaria legalista nas revoluções seguintes, sugeria não ter plena convicção do procedimento que adotara naquela ocasião, pois questionava-se sobre a legalidade do governo do Presidente Bernardes:

*"... Si esse governo não é o governo da lei, nem do direito; não é um governo de bem, nem de boas intenções, nem de honra como afirmam os revolucionários em seus manifestos, o papel da Marinha nessa ação febril que desenvolveu, lutando contra a precarieda-*

6 N.A.: Eleito em 1922, conforme combinado anteriormente pela "política do café-com-leite", governou permanentemente em estado de sítio.

7 N.A.: Durante 23 dias os rebeldes dominaram a capital paulista, quando foi cercada pelas forças federais. Abandonando-a, ainda travaram combates no Paraná e em Mato Grosso.

*de de seus próprios recursos, foi o mais impatriótico possível!*

*Á Historia para, no futuro, fazer o julgamento.” (7:152)*

A dúvida de Macedo Soares clareou-se seis anos mais tarde, quando o sucessor de Bernardes, o Presidente Washington Luís, foi deposto pela revolução de 3 de outubro de 1930.<sup>8</sup>

Aldo Sá Britto de Souza<sup>9</sup>, primeiro-tenente, imediato do submersível F-5, revolucionário, faz a sua apreciação dos acontecimentos político-militares do ano de 1924, reputando como suas verdadeiras motivações dois aspectos que mais se destacavam: a insatisfação reinante no âmbito interno da Marinha com o Ministro Alexandrino, magnificada pela ainda maior rejeição ao Presidente Bernardes, e a Revolução Paulista de 5 de julho.

Inicialmente considerou a atuação de Alexandrino, que, a partir de 1906, num interregno de 20 anos, foi ministro de Afonso Penna, Nilo Peçanha, Hermes da Fonseca, Wenceslau Brás e Arthur Bernardes, num total de 14 anos, com as prejudiciais conseqüências desta longa permanência do poder em um único centro de decisão.

Aldo Sá Britto de Souza fez uma comparação entre as gestões de Alexandrino e a do seu antecessor, o ministro civil João

Pedro da Veiga Miranda, com sensível desvantagem para o chefe naval, pois no seu modo de ver:

*“O Ministro Veiga Miranda” percebeu rápido a psychologia dos nosso officiaes de mar e procurou, com o fim de afastal-os da politica travada, despartar-lhes o amortecido amor á profissão. Velhas aspirações da Marinha, sepultadas nos relatórios e pareceres, foram exhumadas, e assim dados os primeiros passos para a futura concretização de medidas tendentes á solução dos principaes problemas navaes e suas conexões com a esquadra e a siderúrgica<sup>10</sup>.*

*A esquadra se fazendo ao mar em constantes e úteis exercícios, projectos de grande remodelações e de construcções navaes, tudo isso e mais a promissora vinda da Missão Americana, davam a impressão de que o Presidente Epitácio, por seu terceiro Ministro civil, queria repor a Marinha em seus devidos eixos. É bem de ver a impossibilidade de tal commetimento se tudo, ou quase tudo vem de há muito desalinhado.*

*Sympathizada por uns, repellida por outros, olhada com indiferença por terceiros, a idea subversiva não pode-*

8 N.A.: Como movimento, esta revolução foi o desagudouro de todos os descontentamentos. Sua base política repousava na aliança temporária das facções burguesas não vinculadas ao café – inclusive setores industrializados – com os setores médios urbanos e o grupo militar tenentista. Estes tomaram a ofensiva logo após o triunfo do movimento.

9 N.A.: Imediato do submersível F-5 e participante ativo do movimento revolucionário na Marinha. Preso na Ilha das Cobras, redigiu o seu depoimento que foi publicado em *O Jornal*.

10 N.A.: A referência de Sá Britto de Souza à “siderúrgica” diz respeito ao fato de que em 1924 havia uma campanha embrionária para a industrialização do Brasil, na qual muitos militares do Exército e da Marinha se engajaram. Era decorrência da esquadra que o Brasil recebera da Inglaterra em 1910 e do desenvolvimento tecnológico da Primeira Guerra Mundial, com a introdução dos aviões e tanques como importantes armas. Na Marinha cresceu a necessidade de uma construção naval brasileira própria, mas que, sem a produção do aço, ficava inviabilizada. O mesmo se passou no Exército, que necessitava de tanques e carros de combate, mas que sem uma produção nacional de aço também nada se poderia fazer. Igualmente quanto aos aviões para os dois.

\* N.R.: Ministro Veiga Miranda, de 12/9/1921 a 15/11/1922, recebido pelo Almirante Alexandrino.

*ria germinar na Flotilha de Submersíveis, e ella, que era, dentro da nossa triste e real impotência naval, um núcleo efficiente da esquadra, era também na phrase de seu commandante de então, capitão de fragata Joaquim Buarque Lima – de inteira confiança do governo.”(8)*

Com o advento de Arthur Bernardes\* na Presidência, Veiga Miranda transferiu o Ministério ao Almirante Reformado Alexandrino de Alencar, que assumiu em 15 de novembro de 1922, aos 74 anos de idade. A partir desta data, Aldo Sá Britto de Souza identificou as graves e perturbadoras alterações no seio da Marinha, causadas pelo estilo centralizador característico da ação administrativa de Alexandrino, chamando-as de *Mudança de Ambiente* e retratando-as como descreveu:

*“Corre o segundo anno da presidencia Bernardes estando a Marinha, pela ultima vez entregue ás mãos do almirante Alexandrino. Sempre tive pelo velho marinheiro a admiração que se pôde ter pelos homens que sabem praticar lances de bravura, discordando, porem, do seu feitio de commandar. A officialidade da Flotilha, com excepções, das quaes algumas bem honrosas, era ou parecia ser hostil ao Ministro, alvo muitas vezes de perniciosos commentarios.*

*O governo vinha dia a dia se impopularizando. O sr. Arthur Bernardes, com aquele perfil psychopatologico riscado com mestria por Assis Chateaubriand em “Terra Deshumana”, implantava com crueldade a Torquemada o regime da tyrannia. As promoções e recompensas por serviço pessoaes, as*

*detestaveis provas de incondicionalismo exigidas para a minima pretensão de direito, o maldito systema de espionagem com o conseqüente premio da delação, criavam uma atmosphera carregada de intrigas.*

*Revoltavam-se muitas consciencias.*

*A mudança de ambiente preparava os espiritos para a arriscada cartada da revolta, de todos temida pelo imprevisto das conseqüências, e por muitos desacreditada em face do insucesso recente.*

*O commando superior dos submarinos era agora exercido pelo capitão de fragata Castro e Silva (1924/25), que pelo seu trato fidalgo captivava a nós, os officiaes e que trazia a nossa minúscula Flotilha em constante treinamento, vivendo-se a bordo, uma vida de afazeres e competições, em excellente disciplina, magnifica camaradagem e admirável correção militar.*

*A revolta tinha já ahí francas sympathias. Só uma revolta – era a phrase commum ouvida ao commentar-se os actos que o governo vinha praticando. O movimento militar do general Primo de Rivera<sup>11</sup> era muito applaudido entre os submarinistas, que sentiam a necessidade de um semelhante cá em casa.”(9)*

Reforçando as opiniões de Amaral Peixoto e Macedo Soares, Aldo Sá Britto de Souza realça as repercussões no âmbito da Marinha da ocupação de São Paulo pelo General Isidoro Dias Lopes e, depois, da sua organizada retirada para a região do Rio Paraná, onde a luta continuou por quase um ano, sem que os revolucionários fossem derrotados, malgrado os grandes es-

\* N.R.: Arthur Bernardes, Presidente de 1922 a 1926.

<sup>11</sup> N.A.: Sob o reinado de Alfonso XIII, governou de fato a Espanha de 1923 a 1930.

forços do Exército, Forças Públicas Estaduais e Batalhões Patrióticos.

Para ele:

*“Este importante acontecimento foi o factor impulsivo que iria atirar a idéa no terreno da realidade.*

*O 5 de julho chefiado pelo general Isidoro Dias Lopes exaltou os revoltosos sympathicos da Marinha e poz-lhes logo em actividade, do começo muito pouco úteis pela absoluta falta de coordenação entre os elementos esparsos.*

*A tensão de espíritos daquelles dias de apprehensões só fazia excitar, e como tal descobriu baterias<sup>12</sup>, mas mesmo assim os mais prestimosos trabalhavam e, no meio de absurdos e contraditórios boatos procuravam agir incontinenti.*

*Sobrevinham alternativas de encorajamento e de desalento quando, sem perder a fé na possibilidade da acção, sondando, balanceando elementos, obtendo adeptos pela persuasão, coordenando e bem vezes ouvindo soezes insultos aos que lutavam de armas na mão, iniciávamos a faina enervante de organizar a revolta; o desanimo, porém, nunca poude se implantar nas fileiras libertadoras da Flotilha. Dellas era soldado um destes typos de rara beleza moral, ardoroso e idealista, a par do physico empolgante e da intelligencia lúcida e culta que o fazem um forte – Ary Parreiras, tenente, então aluno da Escola de Submersíveis.*

*Entravamos, assim, com a irrupção do movimento de rebeldia em São Paulo, no terreno franco da acção.*

*Estávamos irmanados com os revolucionários, sem com elles termos tido*

*entendimento, por ideal, por adhesão aos princípios pregados, por patriotismo, por anhelos communs, por anseios de dias mais felizes para o Brasil, o que acreditávamos obter derrocando o aparelhamento governamental montado e substituindo-o por outro, aos nossos olhos, menos impatriótico.*

*Agíamos no sentido de secundar as tropas do general Isidoro com um golpe talvez decisivo, pela surpresa na capital, se bem ainda desorientados por isso que não possuíamos um chefe com as necessárias credenciaes.*

*É quando, depois de ascultado por alguns dos nossos, o commandante Protogenes, sciente dos meios com que contaria, aceita a chefia do movimento.” (10)*

Muitos dos conspiradores não conheciam o seu chefe, mas, à medida que o relacionamento era iniciado, as simpatias pessoais cresciam, como constatará Aldo Sá Britto de Souza:

*“Nunca servi com o commandante Protogenes. Felizmente não me enganei; factos posteriores transformaram o primeiro impulso sympathico pelo homem bom em admiração pelo chefe bom, que sabe amparar os commandados, que ouve as queixas dos pequenos, envidando esforços em minorar-lhes o soffrer.*

*Aureolado pelo prestigio que, de há muito vinha crescendo em torno de seu nome, foi a noticia da sua resposta affirmativa recebida com entusiasmo por nós moços, temerosos até então das consequências que poderiam advir do paiz entregue no dia seguinte a meia dúzia de tenentes sinceros, porem, inexperientes.” (11)*

12 N.A.: Aprontar-se para a luta.

No Rio de Janeiro, na véspera da data marcada para o início do movimento, isto é, dia 20 de novembro, realizou-se uma última reunião.

À casa do ex-governador do Maranhão, Herculano Parga, em Copacabana, compareceu grande número de adversários políticos de Bernardes, como os senadores Antônio Muniz e Muniz Sodré, deputados Baptista Luzardo, Plínio Casado e João Batista de Azevedo Lima.

Protógenes leu para os presentes um longo manifesto que continha o programa da revolução, abordando temas de ordem política, desenvolvimento econômico, ressurgimento das liberdades públicas, reforma constitucional, anistia etc.

Com a concordância dos seus termos pelos presentes, encerraram-se as providências de caráter tipicamente político.

Na parte militar, o plano de ação também fora ultimado e relacionava o desenrolar pretendido dos acontecimentos:

– A rebelião explodiria às 2 horas da madrugada de 21 de outubro de 1924, após Protógenes ter embarcado num dos encouraçados, cujo comando assumiria. Uma vez de posse do navio, ele ordenaria o sinal convencional, uma salva de 21 tiros.

– Reconhecido o sinal, e só após, os participantes civis e militares entrariam em ação, cada um no local predeterminado, iniciando a missão que a cada um cabia, ou desenvolvendo a atividade que as circunstâncias possibilitassem.

– A Flotilha de Submersíveis, aprestada desde o anoitecer, deslocar-se-ia do seu ancoradouro para as proximidades dos encouraçados, e com a ameaça de imediato

torpedeamento forçaria a adesão das guardas recalcitrantes.

– Da mesma forma, o Destróier *Rio Grande do Norte* largaria do cais da Ilha das Cobras, onde se achava atracado, a fim de secundar a ação dos outros navios já rebeldes.

– A Aviação Naval, cujo comando Protógenes vinha de deixar, e onde contava com amigos dedicados e decididos, prestaria logo o seu concurso com os meios valiosos de que dispunha, bombardeando os alvos selecionados.

### A FLOTILHA DE SUBMERSÍVEIS E A CONSPIRAÇÃO PROTÓGENES

Domingo, 19 de outubro de 1924, o Capitão-Tenente Áttila Monteiro Aché<sup>13</sup> recebeu uma visita em casa. Não era para tratar de assunto afável, ou conversação adequada ao dia sem serviço de bordo. Encobrindo a identidade do recém-chegado, o anfitrião relatou o encontro como de

*“um amigo, que me comunicou que o movimento estava prestes a arrebentar e confirmou que o meu posto era o submersível F-3”.* (12:28)

Anos mais tarde, com o seu linguajar característico, Aché descreveu em detalhes o diálogo havido naquela ocasião:

*“– Olha, vai haver um levante na Marinha, chefiado pelo Comandante Protógenes, qual é a sua posição?”*

*Eu, digo: – Olha, eu não sei nem quero saber. Vocês digam o que é que eu tenho de fazer e para onde eu tenho, devo ir, qual o dia e a hora, eu irei. Eu ficarei com a Marinha em qualquer circunstância.*

13 N.A.: Áttila Aché notabilizou-se pelos serviços prestados ao desenvolvimento do submarino como arma naval. Galgou todos os postos da carreira, encerrada como chefe do Estado-Maior da Armada. Em reconhecimento, a Marinha adotou o seu nome para o CIAMA - Centro de Instrução Áttila Monteiro Aché.

*Então eles me disseram: – Você vai comandar o F-3.”* (13)

Este encontro provocou duas reações. A primeira, de alívio, pelo fim de uma preocupante espera. A segunda, de caráter pessoal, revelava o conflito entre a participação revolucionária, plena de riscos, e a proteção da família.

Por isso, Aché

*“irritou-se com esta extemporanea visita, pois sua senhora ficou bastante desconfiada. Em casa nunca fallou estar envolvido nesse movimento, razão porque sua senhora tudo ignorava”.* (14:20)

Sua função era a de instrutor da Escola de Submersíveis, instalada a bordo do Tênder *Ceará*, navio esse que tinha como principal função o transporte e apoio dos submersíveis.<sup>14</sup>

Como de costume, o tênder arvorava o pavilhão de capitânia da Flotilha, constituída também pelos submersíveis *F-1*, *F-3* e *F-5*<sup>15</sup>, todos de fabricação italiana. O prefixo *F* indicava serem da classe *Foca*, tendo sido construídos no estaleiro da Fiat-Sant Giorgio. Com dez anos de vida ativa na Marinha, a adequada manutenção recebida resultara em igual condição operativa. Seu emprego básico visava à instrução, mas, por serem dotados de torpedos com cabeças de combate, estavam capacitados a atacar quaisquer navios.

O submersível designado para Aché, o *F-3*, tinha como comandante o Capitão-Tenente Armando de Pinto Lima, que mantinha, permanentemente, a decidida postura de fidelidade ao governo. Em posição antagônica, e com franca adesão à conspiração, situavam-se os dois outros submersíveis, o

*F-1*, comandado pelo Capitão-Tenente Nelson Simas de Souza e tendo como imediato o Primeiro-Tenente Edgard de Oliveira, e o *F-5*, comandado pelo Capitão-Tenente Mário de Azeredo Coutinho e imediato pelo Primeiro-Tenente Aldo Sá Britto de Souza.

Pinto Lima, desde a revolta de Isidoro Dias Lopes em São Paulo (5/7/1924), acompanhava atentamente o estado de espírito de seus colegas, observando com preocupação a crescente evolução da opinião dominante na praça-d'armas, a qual, a partir de uma situação de neutralidade, evoluíra para a de franca simpatia, e posteriormente para a de adesão à revolução que se delineava.

Mais de uma vez Pinto Lima tivera a oportunidade de manifestar ao comandante da Flotilha, Capitão-de-Fragata José Machado de Castro e Silva, a sua nítida preocupação com a gravidade da situação vigente. Ele julgava que Castro e Silva não tinham uma adequada avaliação do que ocorria entre os seus subordinados. Sugeriu, sem ser atendido, medidas que, a seu ver, poderiam evitar as perigosas conseqüências do que estava por vir, como a substituição dos comandantes e imediatos dos demais submersíveis e a transferência dos outros oficiais sobre os quais pairava suspeição. Pinto Lima, dois anos mais tarde, em petição que dirigiu ao Presidente Bernardes, reivindicando uma comissão no estrangeiro, por se julgar merecedor por ter terminado o curso de aperfeiçoamento de submersíveis “com distinção”, relatou as providências que tomara naquela ocasião e que, a seu ver, o tornavam credor do Presidente:

*“A conspiração havida na Flotilha de Submersíveis não me surpreendeu.*

14 N.A.: Dados sobre o Tênder *Ceará* na Internet, em <http://planeta.terra.com.br/relacionamento/submarinosdobr/tender.htm>

15 N.A.: Dados sobre os submersíveis classe *F* na Internet, em <http://planeta.terra.com.br/relacionamento/submarinosdobr/classeFF.htm>

Desde julho, com a revolta no Estado de São Paulo, notei que entre os Officiaes da Flotilha, havia alguns que, si não eram francamente revoltosos, nutriam, entretanto, sympathias por elles. Para esse Officiaes os boletins mandados publicar pelo Governo eram chamados de boatos officiaes, enquanto que os boatos derrotistas que corriam pela cidade eram as noticias do Comando em Chefe. A principio cheguei a ter discussões com alguns d'aquelles que eu julgava sinceros, discussões estas que aboli pouco depois.

Com a retirada dos revoltosos de São Paulo, e as manifestações de regosijo havidas, uns se recolheram e outros augmentaram o seu despeito. Diante desses factos eu julguei que deveria andar melhor informado sobre os ânimos, e verifiquei que, na Flotilha, mais de metade dos Officiaes era sympathica aos revoltosos, e que seria capaz de tomar parte em algum movimento.

Troquei impressões a esse respeito com o meu Immediato, com o Commandante Mario Hecksher e com o Assistente da Flotilha. Verificando depois que, apesar do fracasso de S. Paulo, não arrefecia o animo revoltoso na Flotilha, resolvi para não me confundir com os mesmos, agir claramente e abertamente.

Passei, nas minhas preleções a fallar sobre taes assumptos e, resolvi fallar ao Commandante da Flotilha sobre providencias que, ao meu vêr, deveriam ser tomadas. Para isso, em dia que, infelizmente não me recordo, dirigi-me à câmara e ahi se achavam o Commandante da Flotilha, o Immediato, o Assistente e o Ajudante de Ordens. Dado ao Commandante da Flotilha o conhecimento do que o interessava a respeito do F-3, submersível ao meu Commando,

leveí a conversa para o assumpto da revolta, e os boatos que corriam. Disse então ao Commandante que não pensava que os animos na Flotilha estivessem tão propensos para o lado revoltoso, que eram muitos os Officiaes que sympathizavam com elles, alguns com cargo de confiança; que, si fosse o Commandante da Flotilha tratava de afastá-los da Flotilha. Não sei quaes foram as providencias tomadas; notei, entretanto, que os ânimos estavam cada vez mais exaltados."(15)

Esclareceu-nos anos mais tarde Aldo Sá Britto de Souza, imediato do F-5, e convicto revolucionário, como foi conseguida a adesão do pessoal subalterno, suboficiaes, sargentos, cabos e marinheiros, indispensável para permitir a movimentação dos pequenos submersíveis. Deixou claro que a liderança exercida pelo comandante constituía o mais importante fator de convencimento:

"Do commandante ao ultimo grumete a guarnição é um bloco homogêneo que vale o que vale o commandante. No mar o contacto é incessante, intimo. Em um submarino o pensamento do chefe é o pensamento de todos; juntos arriscam a vida, compartilham dos sacrificios e penosos trabalhos, usufruem em commum os laureis das victorias, o que forja entre commandante e commandados os elos de uma cadeia de amizade e confiança reciproca.

Esta é a melhor das disciplinas, a verdadeira, a única, a estavel. Tem alicerces fundos, cavados nas mais nobres qualidades da alma, é aceita, é querida, sentida e não falsamente sustentada ao temor do castigo, ou como outrora, pelo estalar da chibata.

Era, portanto, dentro da disciplina que os indisciplinados tenentes iam

*levar os seus subordinados a apontarem as armas contra o falaz tabu da autoridade constituída.*

*Dentro da disciplina porque não era preciso alliciar, seduzir nem corromper para que fizéssemos cumprir as nossas ordens, desobedecendo nós as ordens superiores.” (16:1)*

Para Aché, a tentativa de angariar novos adeptos acarretava, às vezes, situações surpreendentes, e que se não resultavam em conseqüências dramáticas, era devido à camaradagem existente na praça-d'armas:

*“Porque nós não sabíamos, exatamente, quais os que estavam de um lado, ou de outro. Eu cheguei ao Reis<sup>16</sup>, e perguntei a ele:*

*– O negócio seguinte, é mesmo?*

*Ele olhou para mim e disse:*

*– Olha Aché, eu sou do outro lado!” (17)*

Segunda-feira, dia 20 de outubro, a rotina no Tênder *Ceará* seguia o seu curso normal. Navio fundeado ao noroeste da Ilha das Cobras com amarração fixa do Arsenal, prancha passada para terra pela popeta de boreste, tendo atracados a bombordo os *F-3* e *F-5* e a boreste o *F-1*. Paus de surriola disparados. Energia elétrica fornecida pela usina da ilha. Toldos nos vergueiros. O mar estava calmo e o céu encoberto anunciava chuva.

Os licenciados regressaram como de costume e dedicaram-se aos seus afazeres diários. Durante o expediente os conspiradores foram informados de que o levante estava marcado para às 2 horas da madrugada seguinte, 21, faltando as instruções finais, mas que estavam por chegar. Estas, porém, não foram recebidas, e cumpriu-se

o horário de licenciados oficiais e praças baixaram à terra às 16h30min.

Finalmente, quando chegaram as instruções, o Primeiro-Tenente Aldo Sá Britto de Souza comunicou ao contramestre Luiz Avelino Pedreira que a rebelião irromperia na madrugada imediata, ordenando-lhe que mandasse chamar nas respectivas residências determinados oficiais da Flotilha e que fosse, ele mesmo, a terra, buscar as praças que guarneciam os submersíveis.

O contramestre Pedreira, que já prevenira as praças ao serem licenciadas de que deveriam encontrar-se na Estação da Central do Brasil às 19 horas desse mesmo dia, para saberem se deviam ou não voltar para bordo, para lá se dirigiu, a fim de dar cumprimento às ordens que recebera do Tenente Aldo. Ali chegando, providenciou que seguissem imediatamente para a Flotilha os marinheiros do *F-1* e do *F-5*.

Voltando logo em seguida para bordo, chamou o Cabo Nicomedes Moraes de Andrade, ao qual transmitiu ordem dos Capitães-Tenentes Mário de Azeredo Coutinho e Nelson Simas de Souza (e que para isso supriram a importância de 119 mil réis) de que fosse à casa dos Capitães-Tenentes Áttila Monteiro Aché e Cândido de Azeredo Coutinho, chamando-os para bordo. Nicomedes, porém, ao chegar nas residências, foi informado de que os oficiais já tinham saído. Regressando, e dando conta do resultado da sua missão, foi informado pelo contramestre Pedreira de que os oficiais que fora chamar já se encontravam a bordo.

### *O domínio da Flotilha*

Reunidos então, os conspiradores começaram a executar as medidas necessá-

16 N.A.: Raul Reis de Souza, do mesmo posto que Aché na época, fez brilhante carreira, galgando todos os postos, culminando com a chefia do Estado-Maior da Armada.

as ao domínio da Flotilha. Com este objetivo, o Capitão-Tenente José Brito de Figueiredo, encarregado do pessoal, fez chamar, às 20h30min, ao seu camarote – onde já se encontravam o Capitão-Tenente Simas e o Primeiro-Tenente Aldo – o condutor-eletricista Benedito Amorim dos Santos e o condutor-motorista Josino Augusto de Azevedo.\* Entregando-lhes dez tiros de fuzil, mostrou-lhes a seguir uma lista, na qual, ao lado dos seus nomes, figuravam os dos Suboficiais Érico, Guarino e Dagoberto, que constituiriam o grupo que, comandado por um oficial, devia prender o Capitão-Tenente Fernando Cockrane, assistente da Flotilha, logo ao iniciar o levante.

Da mesma forma Brito de Figueiredo procedeu com o contramestre Pedreira. Chamando-o ao seu camarote, entregou-lhe munição que ali se achava, juntamente com o armamento existente no corredor dos arquivos, a bombordo do *Ceará*, para que fossem ambos distribuídos às praças que não tivessem revólver nem munição, o que de fato foi feito.

Ao sair de bordo, Aché fora ao Clube Naval, onde procurou descobrir se alguém sabia das indigitadas instruções, “pois estava interessado em conhecê-las”, até que, por cerca das 21h30min,

*“estive com um amigo que lhe disse já estarem as instruções a bordo”.*  
(18:20)

De posse dessa informação, Aché, logo em seguida, dirigiu-se para o *Ceará* e, ao passar pelo Arsenal de Marinha, encontrou-se com Cockrane, que o convidou a retornar na lancha do comandante. Aché recusou, alegando que iria pela ponte. Este procedimento soou estranho, pois sendo os dois muito amigos, era natural que Aché aceitasse o convite. Portanto, o inesperado encontro levantou suspeitas. Cockrane

aguardava seu chefe, Castro e Silva, que estava no gabinete do Ministro Alexandrino, e ficou intrigado com a presença de Aché àquela hora, depois do expediente e, mais ainda, pela explicação que dele recebera – de que regressava para bordo naquela tardia hora da noite “por ter sabido que havia prontidão na Marinha”.

Ora, Cockrane, que pela natureza da sua função deveria sabê-lo, desconhecia o fato.

Comentou o ocorrido com o ajudante-de-ordens, Aristides Garnier (imediate F-5), que, por sua vez, acrescentou que vira Aldo Sá Brito de Souza caminhando para bordo. Aumentaram-se, assim, as suspeitas, não só pelo regresso inusitado dos oficiais, já tidos como possíveis conspiradores, mas também pela estapafúrdia alegação de “prontidão”.

Ato contínuo, Cockrane alertou Castro e Silva do que se passava, e este, antes de retornar, encarregou seu ajudante-de-ordens de chamar os oficiais do seu estado-maior pelo telefone do Arsenal, para que regressassem prontamente para bordo.

Aché, por sua vez, comunicou aos demais conspiradores o imprevisto do encontro com Cockrane, expressando-se que fora “pilhado” pelo assistente. Aqueles, desconfiados, permaneceram na desconfortável expectativa de uma possível descoberta do movimento. Eram eles: José Brito de Figueiredo, Mário de Azeredo Coutinho, Nelson Simas de Souza, Ary Parreiras, Aldo Sá Brito de Souza, Benjamin Gonçalves da Costa; os Suboficiais Vicente Guarino, Benedito Amorim dos Santos, Josino Augusto de Azevedo, Luís Avelino Pedreira, Freire Fontes, Érico de Souza Lacerda, Armando de Souza Gomes, Dagoberto de Miranda, Dionísio dos Santos e Cícero Pinheiro de Mattos e os Sargentos Manoel Gonzaga e Ernesto Fernandes da Silva.

\* N.A.: O autor do processo não discrimina os navios.

Castro e Silva, ao voltar de terra, nada observou de anormal no Ceará, e chamou o oficial de serviço, Primeiro-Tenente Ary Parreiras, perguntando-lhe quais os oficiais que estavam a bordo. Parreiras informou-lhe que eram o oficial de serviço nos submersíveis, Capitão-Tenente Edgard de Oliveira, o Capitão-Tenente José Brito de Figueiredo, encarregado do Pessoal, e Aché, que acabara de chegar.

Como o nome de Aldo Sá Britto de Souza não foi mencionado, e sabedor da sua movimentação, Castro e Silva desconfiou também de Parreiras.

Ele sabia, ademais, que Azeredo Coutinho “estava dispensado de comparecer a bordo naquele dia”, mas, mesmo assim, ordenou a Cockrane que telefonasse para a sua residência. De lá informaram que “ele devia se encontrar a bordo”. Pouco depois, Azeredo Coutinho entrou na câmara, explicando que “tinha vindo para bordo em razão do exercício marcado para o dia seguinte, e que não se apresentara ao oficial de quarto porque havia chegado muito cansado do seu sítio no Estado do Rio”. (19:38)

Em torno de Castro e Silva já se encontravam Cockrane, Garnier, Jorge Leite, Mattoso Maia e Hecksher, do seu estado-maior. Este grupo inicial foi aos poucos se ampliando, com a chegada de mais oficiais, como os comandantes dos submersíveis, sendo Pinto Lima o último, por volta das 23h30min.

À meia-noite, Castro e Silva alterou a escala de serviço, mandando que seu ajudante-de-ordens, Aristides Garnier, substituísse Ary Parreiras no quarto de zero às 4h.

Como precaução adicional, encarregou Cockrane de percorrer o navio, inspecionando-o quanto a possíveis anormalidades.

Pinto Lima, ao se retirar da câmara, af por volta da 1 hora da madrugada de 21, foi procurado por Cockrane, que o avisou para permanecer alerta, pois Áttila Aché e

Aldo de Sá Britto tinham vindo para bordo sob alegações que lhe pareceram pouco convincentes.

Com exceção da guarnição do F-3, que após o licenciamento não fora chamada de volta, estavam presentes todos os integrantes da Flotilha, legalistas e conspiradores, uns com mais certeza, outros com menos, na expectativa de que o relógio marcasse 2 horas e que fosse ouvida a salva de 21 tiros que deflagraria o início da revolução. Nesta ocasião deveriam ser empreendidas ações, tomadas medidas e, principalmente, assumidas posições.

Em ambiente de convívio intenso e objetivos comuns, talvez a providência mais difícil ou desagradável fosse a prisão de colegas, que eram, além de tudo, amigos. Este assunto já vinha sendo discutido, mas sem chegar a uma conclusão definitiva. Para prender Cockrane fora organizada uma relação contendo os nomes dos suboficiais e sargentos participantes, mas sem a indicação do oficial que a chefaria. E assim permaneceu até as 20h30min, quando Brito de Figueiredo entregou tal relação ao condutor-eletricista Benedicto.

Para a prisão dos outros legalistas, a situação era idêntica: inexistia indicação do oficial responsável.

Aché, quando se reunira com os demais participantes do movimento para avisá-los de que fora “pilhado” por Cockrane, “recebeu de um deles a comunicação de ter sido escalado para prender, no momento do levante, o capitão-tenente assistente da Flotilha”. [Cockrane]. Coerente com a posição que já assumira, Aché manteve-se inflexível:

“— Como da vez anterior, declarei que tal não o faria por ser muito seu amigo.” (20:20)

Em outro depoimento, anos mais tarde, ao referir-se a este episódio, Aché acrescentou mais detalhes, esclarecendo qual a

nova solução encontrada para o complicada problema:

*“— Eu cheguei a bordo, nós combinamos que, quem não aderisse, nós dávamos uma xeroca neles, para eles perderem os sentidos, um clorofórmio, que era justamente para que eles não tivessem uma reação contra nós, e não houvesse da parte de quem quer seja a oportunidade de atirar e matar o companheiro, e assim nós fizemos.” (21)*

Esta alteração nas ordens que já tinham sido dadas, desacompanhada do correspondente esclarecimento, provocou reações de desalento entre os suboficiais e sargentos que participariam das detenções.

Mais ainda, o Suboficial Josino, ao indagar de Brito de Figueiredo qual o oficial que lhe acompanharia na detenção de Cockrane, não obteve resposta.

Em outra tentativa, quando vários oficiais estavam reunidos, foi informado que aguardavam a chegada do comandante da Flotilha.

Como este regressasse e nada acontecera, Josino retirou-se para o seu camarote, não sem antes comunicar aos colegas que se desligava do movimento revoltoso por julgá-lo em condições precárias. Para Josino, a participação dos oficiais era fundamental, e como entendera de que isso não aconteceria, decidira não mais tomar parte na rebelião.

O mesmo aconteceu com o condutor-eletricista Benedito Amorim dos Santos. Este, incumbido de participar da prisão do Capitão-Tenente Jorge Leite, indagou a Brito de Figueiredo qual o oficial que o acompanharia. Não obtendo resposta conclusiva, comunicou aos seus colegas que abandonava o movimento.

À 1 hora da madrugada Azeredo Coutinho, comandante do *F-5*, chamou o contramestre Pedreira, que fazia a intermediação entre os oficiais e a guarnição, e

ordenou-lhe que, sem fazer ruído, mandasse as guarnições do *F-1* e *F-5* que dormiam nas cobertas do *Ceará* para bordo dos respectivos submersíveis, providência que foi prontamente efetivada.

A rotina de preparar para suspender foi cumprida, e em especial foram montadas cabeças de combate nos torpedos, pois os submersíveis deviam se deslocar para as proximidades dos encouraçados e forçar a adesão dos navios indecisos ou recalcitrantes.

Enquanto aguardavam o sinal convenicionado, os Suboficiais Luís Avelino Pedreira, Dagoberto de Miranda, Cícero Pinheiro de Mattos e Armando de Souza Gouvêa combinaram prender no compartimento dos acumuladores os colegas que se recusassem a aderir ao movimento.

As guarnições do *F-1* e *F-5*, por terem sido chamadas para regresso em horário fora de expediente normal, motivaram alterações na rotina de bordo que dificilmente passariam despercebidas pelo oficial de quarto e contramestre do horário. O trânsito atípico pela prancha passada para terra dos licenciados que regressavam, o maior afluxo de marinheiros ao rancho noturno e o desusado número de macas ocupadas nas cobertas do *Ceará* não poderiam, de forma alguma, passar despercebidos ao pessoal de serviço. Até meia-noite, o quarto fora exercido por simpatizantes da conspiração, o que de certa forma poderia explicar por que tais indícios não tivessem sido comunicados a Castro e Silva.

No entanto, fica sem explicação plausível o fato de que, mais tarde, 42 praças fossem despertadas, deixassem seus alojamentos cobertas abaixo, subissem ao convés, transitando metade para boreste em direção ao *F-1* e a outra metade para o *F-5*, atracado a bombordo, e novamente esta movimentação passasse despercebida.

O quarto, nesta ocasião, era exercido pelo ajudante-de-ordens de Castro e Silva que,

do seu posto no portaló, tinha perfeita visão dos acessos aos submersíveis, além de estar perfeitamente alertado para a possibilidade de acontecerem fatos anormais. Reforçando a vigilância exercida por Aristides Garnier, Cockrane, com a mesma finalidade, percorria o navio, inspecionando-o.

Por seu turno, na expectativa dos acontecimentos, reuniam-se na popeta de boreste o Primeiro-Tenente Aldo Sá Britto de Souza, os Capitães-Tenentes Comissário Cândido Lobato de Azeredo Coutinho, José Brito de Figueiredo, Edgard Paula de Oliveira, Nelson Simas de Souza e Mário de Azeredo Coutinho. De onde estavam era possível serem avistadas, na direção de Niterói, as luzes dos encouraçados fundeados no poço. Chovia intensamente, contudo sem constituir impedimento para que o clarão e o estrondo de uma salva de 21 tiros, ansiosamente esperada, fossem facilmente reconhecidos. Azeredo Coutinho recomendara que, uma vez recebido o sinal, cada qual procurasse o posto acertado e cumprisse as missões planejadas: prender os oficiais legalistas, a iniciar por Castro e Silva, suspender com os *F-1* e *F-5* e tomar o comando do *F-3* e do *Ceará*.

Aché nos relata o que se passou após os submersíveis terem sido guarnecidos e a esperada salva não ter acontecido:

*“- Ficamos revoltados a noite inteira. Quando estava clareando o dia um marinheiro apareceu lá a bordo, dizendo que o Comandante Protógenes tinha sido preso com outros oficiais, e que não ia haver a revolta.*

*Então nós nos desrevoltamos: tiramos as cabeças de combate, botamos as cabeças de exercício, mandamos todo o mundo para as macas, de maneira que quando tocou faxina não*

*havia o menor traço de que a Flotilha tinha estado revoltada.”* (22)

### *As novas tentativas*

Não se tendo ouvido o sinal convenção, Azeredo Coutinho ordenou ao contramestre Pedreira que fizesse regressar para bordo do *Ceará*, mais uma vez sem ruído, as guarnições do *F-1* e *F-5*, o que foi prontamente cumprido.

A beira do deslanche, mesmo depois de tomadas todas as providências combinadas, deixou, entretanto, de chegar às vias de fato a Flotilha, em razão do cumprimento da ordem de só iniciar o levante após ter ouvido a salva de 21 tiros, queimada\* por um dos encouraçados.

A prisão de Protógenes, feita na madrugada de 20 para 21 de outubro, na Rua Acre, e o conseqüente malogro do levante não desanimaram, contudo, os conspiradores. Pelo contrário, serviram de pretexto para mais profundamente motivarem a guarnição. Azeredo Coutinho e Aldo Sá Britto de Souza (ambos do *F-5*) disseminaram que o governo estava prendendo oficiais, impondo-se, portanto, uma reação. Propalaram, ainda, no seio das praças da Flotilha, que o Comandante Protógenes fora espancado pela Polícia, assertiva essa reforçada por Simas de Souza, comandante do *F-1*, que lhe atribuía como razão o fato de que se buscava, por todos os meios, desmoralizar a Marinha. Esta, em conseqüência, deveria reagir, a fim de restaurar, perante o País, o seu prestígio abalado.

Assim persistiram os revoltosos, mantendo acesa a chama de levar avante os planos contra o Governo. Combinaram, então, para a madrugada de 23 seguinte a irrupção de novo levante. Renovadas as

\* N.A.: Queimada – expressão da época para “abrir fogo”.

mesmas providências do dia 20, por ordem de Azeredo Coutinho, mais uma vez foi abortada a deflagração do movimento, pela mesma razão: o estrito cumprimento à determinação de que ele só seria iniciado após o sinal convenicionado, que seria originado do Encouraçado *São Paulo*, e que mais uma vez falhou.

Apesar daqueles repetidos insucessos, os esforços não cessaram. Os contínuos fracassos foram atribuídos, pelos revoltosos, à intensa vigilância que as autoridades navais e a Polícia do Marechal Fontoura vinham mantendo sobre os oficiais suspeitos.

Para contorná-la, mesmo que com razoável grau de incerteza, ficou atribuída às guarnições a iniciativa do novo movimento na Flotilha, o qual se daria na noite de 24 para 25, simultaneamente com outros que, na mesma data, eclodiriam em navios da Esquadra. Os oficiais chegariam a seguir e assumiriam a chefia do movimento.

**Na sexta-feira, 24**, ao ir para bordo, Aché encontrou no Arsenal um oficial que lhe disse "ter ouvido um zunzum de que as guarnições da Flotilha, do *Rio Grande do Norte* e do *São Paulo* se revoltariam de madrugada, com ou sem oficiais...". (23)

Em sua memória repassaram as imagens de 22 de novembro de 1910, quando João Cândido chefiou a Revolta dos Marinheiros. Naquela ocasião, Aché tinha o posto de guarda-marinha e servia no *Minas Gerais*. O acaso reservou-lhe a fortuna de baixar terra na condução das 18 horas, a última, duas horas antes que o encouraçado passasse ao domínio da guarnição sublevada.

Diferente de seus colegas da Flotilha, que recusavam a possibilidade do reviver daqueles fatos, Aché agiu segundo o seu entendimento:

*"Voltei imediatamente para a casa de meu pai, a quem relatei o ocorrido, dizendo-lhe que olhasse pelos meus,*

*pois seguiria imediatamente para bordo, com o firme propósito de impedir, por qualquer modo, o movimento, mesmo que tivesse de sacrificar a minha vida."* (23:29)

Com tempo chuvoso, céu encoberto e mar calmo, o *Ceará* permanecia fundeado e com amarração fixa do Arsenal. Toldos abarracados, artilharia coberta, paus de surriola disparados, a lancha do chefe arriada.

Com a Flotilha em regime de semiprontidão, metade da oficialidade estava de pernoite, inclusive o imediato do navio, Elisiário Barbosa, Pinto Lima e os oficiais de serviço. Dos conspiradores, só Aché e Benjamin da Costa permaneceram a bordo depois da licença.

O primeiro pela razão linhas atrás exposta, enquanto que o segundo por estar de serviço no horário das 12 às 18 horas. Os revoltosos Azeredo Coutinho, Aldo Sá Britto, Edgard Paula de Oliveira, Cândido Lobato, Nelson Simas e Ary Parreiras estavam em terra, provavelmente para dar continuidade ao planejado. Uma vez iniciado o levante, certamente regressariam para assumir a chefia.

A expressiva presença de oficiais governistas na noite de 24 para 25 e a ausência dos conspiradores nesta mesma ocasião podem ter sido a razão para que só então fosse denunciada a conspiração. Sem a presença dos comandantes dos *F-1* e *F-5*, principalmente, a parcela governista da guarnição sentiu-se em melhores condições para levar ao conhecimento de Pinto Lima o que sabia.

Desse modo, às 18 horas, o condutor Emílio Leite Sampaio, que servia no *F-3*, foi procurá-lo, perguntando se ele tivera conhecimento da ocorrência de alguma anormalidade. Em face da negativa de Pinto Lima, Emílio Leite Sampaio participou-lhe que acabara de tomar ciência de um fato que reputara como da maior gravidade: na-

quela noite deveria acontecer o levante na Flotilha, do qual participaria também o *Rio Grande do Norte*.

Pinto Lima dirigiu-se imediatamente ao imediato do *Ceará*, Elisiário Barbosa, transmitindo-lhe o que acabara de saber, propiciando que, com urgência, fossem tomadas as providências que a situação requeria.

Decorrida meia hora, nova denúncia lhe foi trazida (ao Comandante Pinto Lima), desta vez pelo Cabo Francisco Gomes de Assis, confirmando que o levante irromperia naquela noite e acrescentando o fato novo da participação do *São Paulo*. (24:5)

\*  
\* \*

Ainda que interrompendo o fio da meada, parece-nos oportuno mencionar o fato de que Castro e Silva, desde o início de outubro, tinha conhecimento de informações que relacionavam diretamente a Flotilha à Conspiração Protógenes.

Na primeira semana daquele mês alertara a Pinto Lima de que

*“os perturbadores da ordem tinham voltado as suas vistas para a Flotilha e que, por isso deveria estar prevenido”*. (24:3)

Preventivamente, Pinto Lima, o comandante do *F-3*, adotou, então, a prática de fazer freqüentes doutrinações a sua guarnição, alertando-a para que não se deixasse envolver pela retórica revolucionária.

Passados cerca de 15 dias, no domingo, 19 de outubro, Castro e Silva mandou o Capitão-Tenente Jorge do Paço Mattoso Maia, de seu estado-maior, chamar Pinto Lima e o colocou a par de ocorrências suspeitas havidas no *São Paulo*, e de duas importantes medidas que mandara implantar: a primeira de armazenar as cabeças de combate nos cabides existentes nos próprios submersíveis, sem, contudo, ligá-las

aos torpedos; e a segunda de movimentar-se para a doca do Lloyd, quando do aprestamento do *F-3* para a ação. (25:4)

As recomendações feitas por Castro e Silva a Pinto Lima levam a crer que o comandante da Flotilha estava inteirado da gravidade da situação, admitindo, inclusive, a possibilidade de que o levante contasse com a participação de unidades suas subordinadas. Armazenar as cabeças de combate não mais no *Ceará*, e sim nos submersíveis, de modo a reduzir o tempo necessário ao preparo dos torpedos, evidenciava que os *Fs* deveriam aprestar-se para operar no menor tempo possível. E daí decorrer a intenção de que seriam empregados contra navios da esquadra que se rebelassem, provavelmente os encouraçados.

A prisão de Protógenes e as duas malogradas tentativas de levante, nos dias 21 e 23, das quais participou grande número de oficiais e praças, já, por si só, deveriam constituir preocupante motivo de alarme. Porém, o fato é que sequer redundaram em apurações, fossem sindicâncias ou inquéritos, que, se instalados, levantariam razoável quantidade de informações. Castro e Silva, legalista, que acumulava o comando da Flotilha com o do Tênder *Ceará*, procedeu como se delas nada soubesse ou não apresentassem importância. Semelhante observação é, igualmente, feita pelo juiz federal Olympio de Sá e Albuquerque, ao referir-se à atuação de Castro e Silva, Cockrane e Aristides Garnier na noite de 20 para a madrugada de 21, quando

*“vieram para bordo prevenidos por causa de boatos de que naquela noite haveria uma revolta na esquadra, estiveram toda a noite acordados e vigilantes, e é extraordinário que não tivessem visto coisa alguma de anormal. O tenente Garnier foi escalado para o quarto de meia noite às quatro horas da manhã, o capitão-tenente Cockrane*

*declarou ter percorrido por mais de uma vez o navio, e em nenhuma dellas notou cousa alguma de anormal".* (26:153)

\*  
\* \*

Mas voltemos ao desenrolar dos fatos.

Cientificado por Pinto Lima, Elisiário Barbosa, imediato do *Ceará*, na noite de 24 para 25 agiu com presteza. Colocou à disposição do oficial de serviço, Christinnianno Aranha, 20 carabinas e um cunhete de munição, que ficavam guardados próximo à sala de estado. A chave do paiol de munição foi retirada do quadro e entregue ao mesmo oficial. Comunicou, em seguida, a Castro e Silva, que se encontrava em terra, as denúncias que recebera, bem como as providências que já adotara.

Às 9 horas da noite de 24, Castro e Silva telefonou para Cockrane, ordenando-lhe que "fosse imediatamente encontrá-lo no Arsenal". Neste local comunicou ao assistente o que se passava a bordo, enfatizando a denúncia recebida por Pinto Lima, aduzindo, também, que as primeiras prisões de praças já haviam sido feitas. Sem confiança na guarnição e inseguro quanto à real dimensão da conspiração, Castro e Silva requisitara um contingente do Batalhão Naval para fazer a segurança do *Ceará*, o qual chegou a bordo do tênder às 9 horas, composto por uma força de 40 homens, comandada pelo Capitão-Tenente Correia da Rocha, com a instrução de ocupar militarmente o navio.

Dando prosseguimento às medidas que julgou inadiáveis, Elisiário Barbosa reuniu a guarnição na popa e anunciou os nomes de praças acusadas de tentar revoltar o navio, já como primeiro resultado das denúncias formuladas a Pinto Lima. Ato contínuo, elas foram presas e enviadas escoltadas para o quartel do Batalhão Naval.

Pouco depois chegou a bordo Castro e Silva, que ordenou, imediatamente, reunir a guarnição. A ela se dirigiu, então, exortando a todos que se mantivessem no cumprimento dos seus deveres.

Para consolidar o domínio da situação, os fuzileiros navais foram distribuídos em postos de sentinelas por todo o navio. Como medida de segurança complementar, após o toque de silêncio, foi alterado o local de repouso do pessoal subalterno, ficando a guarnição acomodada na proa, em vez de nos alojamentos situados cobertas abaixo, o que proporcionou maior visibilidade e vigilância ao oficial de serviço. À meia-noite, Christinnianno Aranha passou o serviço ao Primeiro-Tenente Guilherme da Motta, finalizando a escrituração do Livro de Quarto com a substituição da usual expressão "sem mais novidades" pela "sem mais ocorrências." (27)

O tempo continuava chuvoso, e a vigilância rigorosa. A lancha do ministro da Marinha atracou, à zero hora e 45 minutos, no Tênder *Ceará*. Castro e Silva foi ao encontro de Alexandrino, que não subiu a bordo, tendo os dois conferenciado por cerca de cinco minutos. Uma vez inteirado do sucedido, das medidas adotadas e de que a situação no navio estava controlada, o ministro mandou sua lancha suspender em direção ao *São Paulo*, rumando a seguir para o Ministério.

Por ordem de Castro e Silva, Cockrane deslocou-se para o Batalhão Naval, a fim de interrogar as praças já detidas e coletar informações que permitissem identificar e prender os demais participantes. Esta tarefa ocupou-o por dois dias, ainda que auxiliado por outro oficial de bordo, tal o vulto das inquirições, cujos resultados envolviam expressivo número de oficiais e praças. Ainda no período de zero às 4 horas, continuaram as detenções, sendo mais sete marinheiros recolhidos presos ao Batalhão

Naval. Guilherme Motta finalizou a escrituração do Livro de Quarto com a expressão usual "sem mais novidades". (28)

Algumas denúncias foram levadas diretamente a Castro e Silva, que em minucioso ofício relata como lhe chegaram:

*"Às sete horas e vinte e cinco minutos fui procurado por um suboficial em estado de grave excitação nervosa, que disse:*

*– Estamos todos perdidos – acrescentando que entre os suboficiais que supúnhamos fiéis, havia um bom número filiado ao movimento que deveria ter arrebatado, existindo alguns violentíssimos e dispostos a praticar os atos mais bárbaros. E que se quisesse tomar maiores informações, que ouvisse os suboficiais José Espíndola, Raul Lourenço e Ildefonso Coimbra."* (29:42)

Continuou Castro e Silva:

*"Mandei chamá-los e eles disseram coisas de tal gravidade que, impossibilitado de ouvi-los longamente, devido às várias providências que continuamente tinha de tomar, designei o Capitão-de-Corveta Mário Hecksher e o Capitão-Tenente Jorge do Paço Mattoso Maia para ouvi-los e tomar os nomes dos que fossem citados como os mais violentos e exaltados."* (29)

E, de fato, Hecksher e Mattoso Maia anotaram os nomes dos novos acusados, em número de oito, todos suboficiais e condutores: Érico de Souza Lacerda, Josino Augusto de Azevedo, Armando de Souza Gouvêa, Benedicto Amorim dos Santos, Dagoberto de Miranda, Dionísio dos Santos, Freire Fontes e Vicente Guarino.

Castro e Silva concluiu seu ofício com a decisão que tomara:

*"Resolvi, então, esperando a chegada dos suboficiais de terra, que ainda se achavam licenciados, reuni-los e efetuar a prisão dos indicados. Assim o fiz."* (29)

A denúncia, que enfatizava a periculosidade dos oito suboficiais, acusados de violência e exaltação, perdia coerência no fato desses militares se encontrarem em terra, como citado por Castro e Silva ao final de seu ofício. Deste modo, não poderiam participar da tentativa de levante da noite de 24 para a madrugada de 25.

Sendo preocupante a indefinição quanto à lealdade da guarnição, foram presos e recolhidos ao Batalhão Naval os licenciados dos submersíveis F-1 e F-5, logo que regressaram para bordo, no quarto das 4 às 8 horas. Para o oficial de serviço Benjamin da Costa, no entretanto, seu quarto encerrou-se com a usual expressão "sem mais novidades". (30)

Enquanto isso, Castro e Silva aguardava o regresso dos suboficiais denunciados, para prendê-los. Ao chegarem a bordo na condução de licenciados, os oito foram imediatamente detidos e encaminhados ao Batalhão Naval, ficando à disposição de Cockrane.

No tênder, era ampliada para 60 praças a guarda de navais, e de um para dois oficiais.

Ainda visando a reforçar as medidas de segurança, iniciou-se às 15 horas regime de prontidão rigorosa para os oficiais e meia prontidão para o pessoal subalterno.

As prisões das praças prosseguiram, terminando no dia seguinte, 26, às 8 da manhã.

As denúncias, mais as apurações feitas por Hecksher, Cockrane e Mattoso Maia, identificaram diversos oficiais que participariam da conspiração. O ministro Alexandrino, sem perda de tempo, comunicou-se diretamente com o Presidente Bernardes, informando-o das prisões que iria ordenar, como resultantes

*"dos depoimentos das praças presas hontem á noite: Aché, Azevedo Coutinho, Simas de Souza, Edgard de Oliveira, Aldo Sá Brito de Souza e Ary Parreiras".* (31)

O ministro tinha motivos para um relacionamento incomum com Aché, pois, quando aspirante, fora aluno do seu avô, que era lente catedrático de Matemática da Escola Naval. Considerando esta lembrança, mandou que trouxessem Aché a sua presença, pois desejava falar-lhe.

O que se passou, então, foi relatado pelo próprio Aché, com minúcias e a jovialidade característica:

*“O Hecksher me acompanhou até lá ao gabinete. Então ele [Alexandrino] virou-se para mim e disse assim:*

*– Sim senhor, seu Aché. O senhor que era um menino tão bonzinho, que se portou tão bem em Sergipe, vai trair os seus amigos, aliciar praças e tudo isso?*

*Eu digo: – Olha Almirante, eu não trai amigo nenhum, não aliciei um homem, porque nunca procurei nenhum deles para convidar para a revolução, ou dizer que estava na revolução ou não estava. Eu nunca fiz isso. Agora se o senhor dissesse que eu estava metido na revolução, eu diria ao senhor que estava mesmo!*

*– Ah! Estava?*

*– Estava sim senhor!*

*– Corpo de Fuzileiros, sentinela à vista e o diabo!” (32)*

## O ATAQUE IMPOSSÍVEL

O dia 4 de novembro de 1924 amanheceu com a revolução navegando nas águas da Baía de Guanabara. O Primeiro-Tenente Herculino Cascardo<sup>17</sup> assumira o comando do Encouraçado *São Paulo* e deflagrara o levante que vinha sendo adiado desde a madrugada do dia 21 de outubro. Junto com ele, mais seis segundos-tenentes: Ademar

de Siqueira, Augusto do Amaral Peixoto Júnior, Arnaldo Pinheiro de Andrade, Paulo Alcoforado Natividade, Mário Freitas Alves e Benjamin Audiffrent Xavier.

Sem sucesso, o Encouraçado *Minas Gerais* e a Escola de Aviação Naval tentaram acompanhá-lo.<sup>7</sup>

A Torpedeira *Goiás* suspendeu da Escola Naval, comandada pelo Segundo-Sargento Bertolino Pizzato, que aderiu ao movimento.

Na figuração de Amaral Peixoto, o *São Paulo* e a *Goiás* constituíam curiosa associação: “seria pois a revolta do maior e do menor navio da Esquadra”. (33:11)

### *Alexandrino toma conhecimento da rebelião do São Paulo*

Corria a última hora do quarto d'alva quando dois oficiais chegaram ao Gabinete do Ministro da Marinha. Lá foram recebidos pelo chefe de Gabinete, Capitão-de-Mar-e-Guerra Arnaldo Pinto da Luz, que, reconhecendo a gravidade e urgência da intempestiva audiência, os conduziu à presença de Alexandrino, que lia os jornais da manhã. Um dos oficiais, o comandante do *São Paulo*, Capitão-de-Mar-e-Guerra Githay Alencastro, era portador da notícia mais temida pelo Ministro da Marinha e pelo Presidente Arthur Bernardes: a de que o *São Paulo*, navio sob o seu comando, revoltara-se contra o Governo. Como não pernovernara a bordo, e por isso desconhecia em minúcias de como se passaram os fatos, trouxera em sua companhia o Capitão-Tenente Adalberto Azeredo Rodrigues, que, detalhadamente, relatara o acontecido.

Azeredo Rodrigues há cerca de uma hora baixara terra vindo do *São Paulo*, em lan-

17 N.A.: Herculino Cascardo, que servia na ocasião no Encouraçado *São Paulo*, cursou a especialidade de submersíveis em 1934, tendo alcançado o segundo lugar no curso, o que lhe valeu comissão na Inglaterra, juntamente com o então Capitão-Tenente Vitorino Maia, primeiro classificado.

\* N.R.: O *Minas Gerais* ficou pronto a suspender apenas às 12h40m, passando a barra às 17 horas.

cha liberada pelos revoltosos. Não sendo por eles considerado do grupo fiel ao Governo, pois estes ficaram presos a bordo, e nem revolucionário, desfrutava da simpatia dos tenentes, que facilitaram o seu desembarque, em companhia de mais outros dois capitães-tenentes em idêntica situação: Salalino Coelho e Nelson Mége.

Servindo no Departamento de Artilharia, estava Azeredo Rodrigues a par da reduzida dotação de munição existente e, como mais antigo da divisão de serviço, tinha ciência dos principais reparos na máquina, como a retirada da tampa e das molas do cilindro de alta pressão da máquina alternativa propulsora de boreste, e dos existentes em aguada e carvão. Ao presenciar a tomada do navio pelos revoltosos, pôde relatar seus nomes, quantos eram, quem tinha sido preso e, também, informação de relevante valor, qual o grau de adesão da guarnição até aquele momento, permitindo, com razoável precisão, identificar as restritas condições operativas do encouraçado. (34:21)

### *A ordem de ataque para os submarinos*

Enquanto Azeredo Coutinho e Gitahy conferenciavam com o ministro, Pinto da Luz foi ao camarote trocar o uniforme mescla que usava.

Nesta ocasião, chegou o contínuo Pompílio, que lhe transmitiu a seguinte ordem de Alexandrino:

“Mandar preparar os submersíveis para um ataque ao *São Paulo*”. (35)

Pinto da Luz transferiu-se para seu gabinete a fim de telefonar para a Flotilha de Submersíveis. Neste afã demorou-se algum tempo, pois do Tênder *Ceará* custaram a atender, mas finalmente conseguiu a ligação. Neste meio tempo, Alexandrino já se dirigia para o Arsenal, sendo que Pinto da Luz ainda procurou alcançá-lo, mas sem su-

cesso. O ministro, juntamente com o ajudante-de-ordens, Edmundo Williams Muniz Barreto, embarcara na lancha *Olga*, com destino ao *Minas Gerais*. No caminho, passou a contrabordo do *Ceará*, que se encontrava atracado pela popa na ponta noroeste da Ilha das Cobras e, pessoalmente, transmitiu a ordem que já fora, também, encaminhada por Pinto da Luz. Em decorrência, agora cumprindo ordens do Governo, os submersíveis suspenderam e deslocaram-se para as docas do Lloyd, onde atracaram com a finalidade de se aprestarem, conforme orientação estabelecida por Castro e Silva desde o dia 19 de outubro.

Alexandrino, ao embarcar no *Minas Gerais*, assumiu de fato o seu comando, pois “ficou o navio sob a superior direção do Sr. Ministro”, conforme o entendimento do comandante do encouraçado, Capitão-de-Mar-e-Guerra Carlos Frederico de Noronha, passando então o ministro a chefiar a reação legalista contra o *São Paulo*.

De regresso ao Gabinete, Pinto da Luz imediatamente entrou em contato com o Palácio do Catete, no sentido de obter autorização presidencial para **efetivar o ataque**, pois, até então, Alexandrino ordenara apenas **ultimar a preparação**.

A resposta afirmativa foi-lhe transmitida pelo General Ramiro Santa Cruz, chefe da Casa Militar.

De posse da autorização, Pinto da Luz encarregou o Primeiro-Tenente José Carlos Alves de Souza, oficial do Gabinete, de comunicá-la aos comandantes dos submersíveis. Como o ajudante-de-ordens do Presidente Bernardes, Capitão-Tenente Edgard de Mello, acabara de chegar, seguiram juntos para o desempenho da tarefa.

Chegando ao Tênder *Ceará*, foram informados de que os submersíveis já tinham recebido as necessárias ordens a respeito.

Naquela mesma ocasião chegou, também, o Capitão-de-Corveta Tácito Reis

Moraes Rego, subchefe da Casa Militar, que viera confirmar a autorização de Bernardes e, mais provavelmente, verificar e acelerar, se fosse o caso, a execução do ataque ao *São Paulo*.

No meio de toda aquela azáfama, reapresentou-se nas docas Muniz Barreto, procedente do *Minas Gerais*, trazendo a ordem escrita de Alexandrino, redigida às 9h35min, para que os submersíveis hostilizassem o encouraçado, e querendo saber por que não havia ainda sido cumprida a anterior ordem verbal. Entregou o documento a Pinto Lima, que então tomou conhecimento formal dos seus termos.

Insulado no interior da Baía de Guanabara, o *São Paulo* tinha o *Minas Gerais* como seu vizinho no poço dos encouraçados. A pequena distância estavam os contratorpedeiros no fundeadouro do São Bento e ao norte da Ilha das Cobras. Os submersíveis ultimavam o aprestamento na doca do Lloyd. Mais próximos de Niterói, encontravam-se os cruzadores, o *Barroso* recém-saído do dique da Casa Lage. A Aviação Naval estacionava seus hidroaviões na Ilha das Enxadas e na Ilha do Governador. Juntos, todos esses meios organizavam uma ampla superioridade em poderes combatentes, com condições técnicas suficientes para impedir que o *São Paulo* saísse barra afora. Com o levante conhecido desde as 7 horas da manhã e o encouraçado

transpondo a barra às 11 horas, mesmo assim não lhe foi apresentada reação contestatória. O comandante do *Minas Gerais* ordenara que seu navio “abrisse fogo contra o *São Paulo* somente depois que elle atirasse sobre este navio ou para a cidade”<sup>18</sup> (negrito do autor).

Obstruindo a saída da barra, contrapunham-se as Fortalezas de Santa Cruz, Pico<sup>19</sup>, Imbuí, São João, Lage, Leme e Copacabana, sob o comando do Ministro da Guerra, General Setembrino de Carvalho. Nesta ocasião o *São Paulo* foi submetido a intenso bombardeio, com duas horas de duração, tendo as fortalezas disparado 59 granadas de calibres variando entre 150mm e 305mm, obtendo cerca de nove acertos.<sup>20</sup>

Entretentes, a prontificação dos submersíveis era acompanhada atentamente por várias autoridades, que pelo número e pelas funções exercidas, não deixavam margem a dúvida quanto à importância da missão ordenada.

Embora existissem outros meios com possibilidade de emprego contra o *São Paulo* – como o *Minas Gerais*, que estava no poço dos encouraçados, cerca de 300 metros de distância os cruzadores os destróieres; ou os aviões de bombardeio do Centro de Aviação Naval – a ordem de ataque fora dirigida exclusivamente aos submersíveis.

Nas docas encontravam-se Castro e Silva, o Capitão-de-Corveta Antônio Cantuá-

18 N.A.: Com esta ordem o comandante do *Minas* procurou evitar a iniciativa de atirar contra o *São Paulo*, demonstrando intenção de só fazê-lo caso aquele navio disparasse contra a cidade, causando males à população, ou contra o próprio *Minas Gerais*. Isentava-se, assim, da responsabilidade deste ato.

19 N.A.: Pico, forte construído no começo do século XVIII, era anteriormente conhecido como São Luís. Em 1938 passou a ser chamado de Forte do Rio Branco, em homenagem ao Barão do mesmo nome. Fica localizado em Niterói, atrás da Fortaleza de Santa Cruz, em plano mais elevado. Dotado de canhões de 280 mm, era mais temido pelos navios do que o Forte de Santa Cruz, que só dispunha de canhões de 150 mm.

20 N.A.: No Ofício nº 1.121 de 12 de novembro de 1924, do comandante do 1º Grupo de Artilharia de Costa e Fortaleza de Santa Cruz ao comandante do Setor de Leste, e no Boletim Regimental nº 255 de 5 de novembro de 1924, do Comando do Forte de Copacabana, encontramos descrição pormenorizada do bombardeio efetuado pelas fortalezas contra o *São Paulo*. O primeiro documento está arquivado no Arquivo Histórico do Exército, enquanto o último, no próprio forte.

ria Guimarães; então diretor do Lloyd, Edgard de Mello, Alves de Souza, Moraes Rego e Muniz Barreto, último a chegar.

### A movimentação do F-3

Uma hora após o *São Paulo* tê-lo feito, às 10h15min, Pinto Lima suspendeu com o F-3, rumando para o canal de saída da barra, onde mergulhou.

Fora alertado por Cockrane de que a Torpedeira *Goiás* e a Escola de Aviação também estavam revoltadas, o que o fez precaver-se de possível ação adversa delas advinda. Às 11h15min, depois de ter vindo à superfície, retornou para perto do *Ceará* por ter avistado um avião de bombardeio, e a *Goiás*, que se movimentava entre ele e o *São Paulo*. Acercando-se do *Ceará*, fez novo exame de situação com Hecksher, que, a seu pedido, procurou Castro e Silva.

Nesta ocasião chegaram Edgard de Mello e Alves de Souza, que informaram ser o avião amigo, pois o revoltado, um N-9, demandara a barra acompanhando o encouraçado. Muniz Barreto confirmou, igualmente, o que acabara de ser dito. Cientificado de que não mais havia o perigo aéreo, Pinto Lima tranqüilizou-se quanto à possível ameaça da torpedeira, pois lhe informaram que estavam sendo tomadas providências para protegê-lo.

A sua preocupação em relação à *Goiás* devia-se menos ao receio dos danos que ela pudesse infligir ao submersível do que o fato de poder impedi-lo de cumprir a missão que lhe fora confiada.

Voltou a mergulhar, rumando para o poço dos encouraçados, e, por não conseguir avistar o *São Paulo*, concluiu que ele já cruzara a barra.

Ao passar nas proximidades do *Minas Gerais*, foi interpelado por uma lancha que, chegando à fala, comunicou-lhe que estava sendo chamado pelo Almirante José Maria Penido, o comandante da Esquadra. Este o enviou a Alexandrino, que lhe ordenou não sair à barra.

Em imersão, o F-3 continuou a patrulhar a entrada da baía até às 14h55min.

A partir daí permaneceu de prontidão em Villegaignon, aguardando o sinal do *Minas Gerais* para atacar o *São Paulo*, caso este fosse avistado pelos navios patrulhadores, que faziam uma linha de vigilância entre as ilhas do Pai e Cotunduba, e “que sinalizariam com uma tigelinha branca”. (36)

Provavelmente, temia-se que o *São Paulo* retornasse ao Rio de Janeiro.

Alves de Souza, que presenciara o aprestamento dos submersíveis, ao publicar o seu livro de memórias, 55 anos após os fatos terem acontecido, expressou seu entendimento pessoal, reproduzido em artigo da *Revista Marítima Brasileira*:

*“Senti da parte dos submarinistas a maior má vontade em cumprir as ordens do Ministro. Estavam todos comprometidos, mas não tiveram coragem de aderir ao movimento revolucionário.”* (37:213)

Esta infeliz avaliação talvez não tenha levado em conta a situação na época, até porque foi reproduzida muitos anos depois, quando a memória começa a fantasiar a realidade, e cremos que somente levando em conta os fatores e o material documental sumariado a seguir, é que se pode melhor avaliar o acontecido:

- as condições operativas da Flotilha de Submersíveis;
- a atitude do Capitão-Tenente Renato de Almeida Guillobel<sup>21</sup>;

21 N.A.: Entrou para a Escola Naval em 1908, cursou o aperfeiçoamento em submarinos, sendo promovido por merecimento até almirante-de-esquadra. Ministro da Marinha nos anos de 1951 a 1954 e chefe do Estado-Maior da Armada em 1956 e 1957.

- Memorial do Commandante Pinto Lima<sup>22</sup>;
- informação do Capitão-de-Corveta Moraes Rego. (38)

## ANALISANDO A PARTICIPAÇÃO DA FLOTILHA

Dez dias tinham decorridos entre a última das três malogradas tentativas na Flotilha de Submersíveis e o levante do *São Paulo*.

Os submersíveis eram guarnecidos, cada um, por uma tripulação de dois oficiais e 21 praças, a maioria das quais suboficiais e inferiores, como eram intitulados os sargentos. As praças de menor graduação, cabos e marinheiros, eram cursadas na especialidade e tinham razoável experiência nas funções.

O **amanhecer de 25 de outubro** contemplara as prisões dos comandantes e imediatos dos *F-1* e *F-5*, logo, a totalidade da oficialidade desses submersíveis. O mesmo ocorrera com a maioria da guarnição, como dá conta os registros do Livro de Quarto do Tênder *Ceará* relativo aos dias 24 até 26.

Ora, é indiscutível que a movimentação de praticamente todo pessoal dos pequenos submersíveis não viesse a acarretar sérios prejuízos às suas condições operativas, como de fato, a de qualquer outro tipo de navio. No entanto, tratando-se de submersíveis, sujeitos a particulares condições de alto risco em navegação submersa, o que implicava necessitarem de um elevado nível de adestramento interno para operar com eficácia e segurança, eles fica-

ram praticamente imobilizados, situação que não poderia ser restaurada no curto espaço de tempo de dez dias.

A bem da verdade, foram efetuadas substituições. Assim, assumiram os novos comandantes e imediatos, agora, da confiança do Ministro, e leais, portanto, à causa governamental. Foram empossados o Capitão-Tenente João de Paiva Azevedo, no comando do *F-1*, e o Capitão-Tenente Aureliano Magalhães, no *F-5*, onde também embarcou o Primeiro-Tenente Raul Reis de Souza.

A nomeação e a exoneração de oficiais, que em tempos normais são atos rotineiros, não apresentavam tal característica naqueles tensos dias de outubro, em meio à inquietante agitação política e militar de um país que se encontrava em estado de guerra civil.

Disso nos dá testemunho a experiência vivenciada por Guillobel, que, em suas memórias, a interpretou como um *incidente desagradável*.

Naquela ocasião ele comandava o Navio-Tanque *Novaes de Abreu*, quando foi chamado ao Gabinete do Ministro.

Sendo especializado em submersíveis, e como anteriormente expressara o seu desejo de comandar, foi-lhe, na audiência, oferecido o "comando transitório de um dos submarinos *F*, com a tarefa de torpedear qualquer navio que se declarasse revoltado e que estivesse fundeado no porto". Guillobel não concordou, e declinou do convite:

*"Se me dessem ordem de atacar o navio com o meu Novaes, eu cumpriria a ordem, mas receber um comando com o fim exclusivo de fazer isto eu não acei-*

22 N.A.: Solicitação dirigida por Pinto Lima em 1926 ao Presidente Bernardes, em que relata como se passaram os acontecimentos na Flotilha de Submersíveis, desde a revolução de Isidoro em São Paulo à Conspiração Protógenes, e os acontecimentos em que tomou parte no dia do levante do Encouraçado *São Paulo*. Arquivo Público Mineiro, Fundo Arthur Bernardes. Caixa 118, Pacote 318, Documento 62.

*taria nunca; amava demais a minha carreira para proceder de modo diferente. Entre cumprir um dever, e ser escolhido para uma espécie de executor, aliás sem maior perigo, não estava na minha conta.” (39:154)*

### *Os depoimentos de Pinto Lima*

Pinto Lima conduziu sua guarnição de modo que ela resistisse ao apelo revolucionário que engolfara os *F-1* e *F-5*. Conseqüentemente, teve intocada a lotação do submersível que comandava, não tendo nenhum subordinado seu desembarcado preso por motivo político.

Na manhã de 4 de novembro, quando Alexandrino ordenou o ataque torpédico, o *F-3* era o único dos submersíveis que conservara a capacidade operativa.

Como o *São Paulo* zarpou sem ser hostilizado pela Esquadra, e as bombas lançadas pelos hidroaviões não o acertaram, forte pressão se exerceu sobre o comandante do submersível, no intuito de responsabilizá-lo por não ter conseguido efetuar o ataque torpédico, como se depreende das declarações de Alves de Souza.

Pinto Lima fez registro de como os acontecimentos se passaram, em dois documentos formais.

O primeiro, quando depôs em Inquérito Policial Militar, conduzido pelo Capitão-de-Fragata Clemente Pinto, e mais tarde, numa petição que encaminhou ao Presidente Bernardes, ocasião em que, além de tecer considerações, reproduziu trechos do IPM instaurado. Esta petição, ao dar entrada no Gabinete da Presidência, recebeu a denominação de Memorial do Comandante Pinto Lima.

Nele está consignada a narrativa dos fatos como aconteceram, entre 19 de outubro e 4 de novembro, e os quais

ainda não foram expostos no decorrer do presente trabalho. O Memorial aborda desde o que sucedeu nesse último dia, a partir do recebimento da ordem verbal de Alexandrino, prosseguindo com a ida para as docas do Lloyd, os preparativos para o ataque, a busca ao encouraçado, e finaliza com alguns trechos relevantes extraídos do IPM.

Busca o Comandante Pinto Lima reforçar sua argumentação, reportando-se ao dia 19 de outubro, quando Castro e Silva transmitira duas importantes ordens, como já mencionamos: que as cabeças de combate fossem transportadas do Tênder *Ceará* para bordo e ficassem nos cabides, sem, no entanto, serem instaladas nos torpedos; e a segunda, a de que os submersíveis, em caso de alteração da ordem, suspendessem para as docas do Lloyd, onde deveriam se aprestar para a ação.

Com o agravamento da situação na noite de 24 e madrugada de 25, quando entrou em vigor o regime de prontidão rigorosa, Pinto Lima, no dia 1º de novembro, sugerira a Castro e Silva, contudo sem obter autorização, que fossem retiradas as cabeças de exercício dos torpedos que moravam nos tubos de lançamento, substituindo-as pelas de combate armazenadas nos cabides de bordo. Alegara, como resultado prático desta alteração, um expressivo ganho de tempo, aproximadamente uma hora, na preparação do submersível.

Assim se reporta Pinto Lima no Memorial:

*“Si, no dia 1, quando fiquei de rigorosa prontidão, não tivesse sido negada, apesar da minha insistência, ordem para ligar as cabeças de combate, no dia 4 o São Paulo teria sido torpedeado, talvez, antes de largar da bóia.” (40)*

Por ter sido este o seu modo de pensar e agir<sup>23</sup>, Pinto Lima admirou-se com a abertura do IPM e, continuando a dirigir-se ao Presidente, manifestou a sua incompreensão pelo que lhe aconteceu:

*"Foi, portanto, com grande surpresa, que soube da abertura do inquérito para apurar a causa do não ataque ao São Paulo, inquerito esse mandado abrir por auctoridade que não devia ignorar o pedido insistente que fiz, com muita antecedência (fiz o pedido no dia 1 de Novembro e a revolta do S. Paulo foi á 4) para que o navio estivesse completamente prompto."* (41:7)

Reportando-se ao seu depoimento no IPM, reproduz trechos que lhe parecem importantes, para que a lisura do seu procedimento transpareça com maior clareza, prosseguindo com sua linha de argumentação junto a Bernardes:

*"Dos termos do officio que me é lido, quer me parecer que o fim deste inquérito é apurar a maneira como foi executada a ordem de atacar o S. Paulo que estava revoltado."*

*"Posso afirmar que foi executada com o maximo interesse e com a rapidez compativel com as condições do navio no momento em que recebi a ordem."* (42:3)

\*

\* \*

Eram intrigantes as questões, que continuavam sem resposta, relativas àquelas duas

ordens de Castro e Silva, as quais contribuíram para retardar o início do ataque.

Por que os submersíveis tiveram que suspender do contrabordo do *Ceará*, que estava atracado de popa na extremidade noroeste da Ilha das Cobras, e vir atracar nas docas do Lloyd para iniciar os seus preparativos?

Por que não fora autorizada a ligação das cabeças de combate nos torpedos nos tubos?

A gravidade da situação e a presteza da ação a ser empreendida pareciam indicar que os submersíveis, sujeitos à condição de prontidão rigorosa, deveriam estar municiados com torpedos dotados de cabeça de combate nos tubos de lançamento e deveriam suspender do contrabordo do Tênder *Ceará* diretamente para o alvo determinado, o *São Paulo*. A resposta – explicação, que não era da competência de Pinto Lima, e sim da autoridade superior, no caso Castro e Silva, não tem registro em nenhum documento de que tivéssemos conhecimento.

Pinto Lima descreveu, pormenorizadamente, os eventos desse período.

Ao receber, às 8h10min, a ordem verbal de Pinto da Luz, Alexandrino e do Comandante da Flotilha, sua guarnição se encontrava no rancho, que foi imediatamente interrompido. Às 8h30min, dasatracou do *Ceará*, seguindo para as docas, de onde suspendeu, novamente, às 10h15min. Nas docas despendeu, apenas, o mínimo de tempo necessário para efetivar a faina de trocar as cabeças dos torpedos, segundo as limitações que mencionou:

23 N.A.: Castro e Silva, segundo todos os depoimentos escritos na Marinha, foi um oficial exemplar, brilhante mesmo. Faleceu em um acidente em via pública, quando era ministro do Supremo Tribunal Militar. Cursado em torpedos, certamente teria tido suas razões, que não conseguimos levantar, para não dar a ordem para instalação das cabeças de combate diretamente nos torpedos, como sugerira Pinto Lima. Talvez razões de segurança, mas são apenas conjecturas. O fato é que Pinto Lima, incomodado com o IPM, procurou valorizar o fato para explicar a impossibilidade do ataque. Ficará sempre a dúvida – se Castro e Silva tivesse autorizado a instalação, o sucesso do torpedeamento do *São Paulo* teria sido inevitável?

*"Estando ambos os torpedos nos tubos, com as cabeças de exercício ligadas e as de combate nos cabides, sendo o compartimento do Submersível bastante acanhado para a manobra, foi impossível preparar em menor tempo os dois torpedos, apesar da vontade firme que todos tinham em atacar, sem demora, o S. Paulo."* (43:3)

Clemente Pinto, como encarregado do IPM, propôs-lhe, formalmente, o seguinte quesito, pertinente à situação vivida, e cuja resposta, incluída nos autos, evidenciaria se o F-3 teria tido, ou não, condições técnicas de efetuar o ataque torpédico:

*"Si, quando saíu da doca do Lloyd, as 10-15 horas julgou ser possível um ataque ao S. Paulo, dando esse navio uma marcha de 6 milhas e navegando o mesmo navio em rumo natural à barra e depois ao Sul, tendo em consideração a posição em que o referido navio se achava as 10-15?"* (44:7)

A resposta de Pinto Lima foi pela impossibilidade, assim justificada:

*"Tal ataque não era possível, porquanto o Submersível mergulhado, com casco sujo, como já estava, não desenvolveria a sua velocidade máxima de experiência, podendo dar, na melhor das hypotheses, sete milhas; e que mesmo que o São Paulo estivesse em velocidade de seis milhas, ainda o ataque era claramente impossível, porque o São Paulo levava uma distancia de 4 milhas e no fim de uma hora, que o Submersível poderia navegar a toda velocidade (si estivesse com a sua bateria em plena carga) os dois navios estariam separados de uma milha, o que tornaria impossível o tiro para os nossos torpedos."* (45:10)

Outra proposição, de caráter igualmente técnico, simulando uma situação alternativa de operação para o submersível, foi-lhe apresentada pelo encarregado do IPM:

*"Si nas condições em que se achava o "F-3", quanto às baterias e o tempo fóra do dique, recebendo ordem às 8-10, poderia ser feito o ataque ao São Paulo, levando em consideração haver o mesmo transposto a barra às 11 horas, gastando o Submersível 1-30 para o seu preparo, e sahindo da sua amarração directamente para o ataque?"* (46:11)

Nova resposta negativa de Pinto Lima, demonstrando que a ação, como apresentada, era irrealizável:

*"Ainda nestas condições o ataque era impossível pelas razões que passa a expor: Quando recebeu ordem de atacar o São Paulo às 8-10, a sua guarda estava no rancho, que fez interromper, gastando nisso e para guarnecer o navio cerca de 5 minutos; gastando 1-30 para preparação, só às 9-45 poderia desatracar do Tender; para desatracar e mergulhar gastaria no mínimo 10 minutos, restando 1-05 para chegar à barra. O navio achava-se fóra do dique há cinco mezes, de maneira que o máximo de velocidade em imersão era de 4,5 milhas, conforme verificou posteriormente. Achando-se as baterias com a densidade de 1,20, o Submersível só poderia andar 25 minutos na máxima velocidade em imersão, portanto 1,7 milhas, faltando 2,8 para chegar à barra, e dispondo para isso de apenas 40 minutos, faltando 0,8 milha para atingir o São Paulo, o que tornava o ataque impossível para os nossos torpedos. Ha*

\* N.R.: Estranhamente, não foi levantada a hipótese de o submersível fazer a aproximação na superfície.



*“O Capitão Tenente Pinto Lima deseja ser nomeado para uma Comissão na Europa. Realmente ele foi sempre um official legalista, e portou-se bem durante a revolta do São Paulo, commandando, então, o submarino F-3.*

*Paira unicamente uma duvida, pelas razões pelas quaes não effectuou o lançamento de seu torpedo naquelle navio, mas, parece ter sido unicamente devido a causa completamente diversa da que lhes quizeram attribuir, pois elle é realmente muito governista.” (50:12)*

### ***Voltando à análise dos eventos***

Nesse ínterim, Pinto Lima, sentindo-se desprestigiado, solicitou exoneração, que lhe foi concedida por Alexandrino, nomeando-o para outro comando, o da Torpedeira *Goiás*. Permaneceu, entretanto, mais dois meses e meio no *F-3*, até completar o tempo habitual, transmitindo o cargo em 21 de janeiro de 1925 ao Capitão-Tenente Hernani Fernandes de Souza.

A permanência de Pinto Lima no posto de comandante da *Goiás*, possibilitando-lhe cumprir o requisito de comando, contrastava com o conhecido rigor adotado por Alexandrino contra os seus desafetos<sup>25</sup> e aqueles sobre quem recaíam suspeitas de conspirar.

Estava em vigor o estado de sítio, que autorizava o Presidente, mediante denúncia policial, mandar deter e desterrar os indigitados para longínquos pontos do território nacional, tais como a Ilha da Trindade e Clevelândia.

Em 25 de outubro Alexandrino comunicou ao Presidente que o Capitão-de-Corveta João Bonifácio de Carvalho e o Capitão-Tenente Esculapio César de Paiva foram

*“presos por denuncia da policia fazendo parte do grupo de officiaes que ultimamente eram vistos constantemente com o Commandante Protógenes”.* (51)

O Capitão-de-Mar-e-Guerra Octavio Perry, os Tenentes Paulo Mário da Cunha Rodrigues, Yomar Marques Neves, Joaquim Carlos do Rego Monteiro e diversos outros oficiais permaneceram detidos até por dois anos, como os três últimos mencionados, mesmo sem responder a processo ou ter culpa formada.

Os presos, num total de 46 oficiais, foram distribuídos por vários locais, entre os quais a Ilha Rasa e a Fortaleza de Santa Cruz (onde se encontrava o maior número), Polícia Militar e Corpo de Bombeiros. Em outra ocasião, alguns foram enviados para as Ilhas da Trindade, Grande, Bom Jesus, das Flores e Fundão.

A relação nominal e o local de detenção de 123 praças, incluindo muitos que não participaram dos levantes, o que era do conhecimento de Alexandrino, foram mantidos em rigoroso sigilo.

Lemos Basto, encarregado do IPM para apuração dos fatos, necessitando ouvir o depoimento de vários militares e funcionários civis, oficiou à Diretoria Geral do Pessoal, que despachou para a Diretoria do Pessoal, esta encaminhando o expediente ao Batalhão Naval. Este atendeu parcialmente o solicitado, esclarecendo que quanto aos restantes

*“somente o Gabinete do Exm<sup>o</sup> Sr. Ministro da Marinha poderá informar”.* (52:679)

Retornando ao diretor do Pessoal, foi o expediente encaminhado ao Gabinete do Ministro, tendo sido respondido por Alexandrino em despacho de próprio punho:

25 N.A.: Expressão utilizada para designar os oficiais que não gozavam da simpatia de Alexandrino. Guilhobel se considerava como sendo um deles (39:104).

*“Acham-se embarcados no paquete Commandante Vasconcellos, que seguiu viagem para o norte da Republica. Em 30-12-924.”*<sup>26</sup> (53:678)

Em uma segunda relação, referente à solicitação inicial de Lemos Basto, o ajudante-de-ordens do Ministro Carlos da Silveira Carneiro completou com os 25 nomes que faltavam, em expediente intitulado *“Pessoal que seguiu para a Ilha da Trindade.”*

*Relação nominal das praças que se acham presas como indiciadas no movimento de rebellião projectado na flotilha de submersíveis e que contra os quaes nada foi apurado.”* (54:600)

Pinto Lima prosseguiu em sua carreira, iniciada como chefe de classe da turma de aspirantes de 1908. Ascendeu ao almirantado, e a sua última função foi a de ministro do Superior Tribunal Militar.\*

Ao chegarmos a este ponto, parece-nos, sem a menor sombra de dúvidas, que o encadeamento dos fatos, como narrados, *vis-à-vis* às limitadas condições operativas da Flotilha de Submersíveis, do incidente desagradável narrado por Guillobel, e em decorrência da “Informação” prestada por Moraes Rego, os esclarecimentos de Pinto Lima, mais as suas respostas dadas às duas proposições formuladas por Clemente Pinto no IPM, reconstituem e ratificam a história de um punhado de homens que defenderam seus pontos de vista, deixando rotulado, para a posteridade, a qualificação de “adequado” para o procedimento daqueles submarinistas, apodados,

afoitamente, “da maior má vontade e de não terem coragem para aderir ao movimento”.

#### *Novamente o dia 4 de novembro*

Voltando ao dia 4, ao entardecer, as providências ordenadas por Alexandrino para impedir que o *São Paulo* saísse barra afora resultaram infrutíferas.

O ataque aéreo contou com o emprego de três hidroaviões de bombardeio tipo *F-5-L*.

O primeiro, pilotado pelo Capitão-Tenente Deodoro Neiva de Figueiredo, e tendo como tripulantes o Capitão-Tenente Antônio Appel Neto e o Primeiro-Tenente Hugo da Cunha Machado, avistou o *São Paulo*, cerca das 12 horas, navegando em rumos de zig-zague, nas proximidades da Ilha Rasa.

Lançadas as cinco bombas que carregava, nenhuma atingiu o alvo.

Posteriormente, ao entardecer, mais dois *F-5-L*, comandados pelos Primeiros-Tenentes Engenheiro-Maquinista Mário da Cunha Godinho e Fileto Ferreira da Silva Santos, decolaram em busca do *São Paulo*, mas regressaram com a carga de bombas intacta, por não ter sido possível avistá-lo.

O *Minas Gerais*, nesse mesmo dia 4, após receber os licenciados, o comandante da Esquadra e diversos oficiais que se apresentaram como voluntários, ficou pronto para suspender às 12h40min. Largou da bóia às 17h07min, saiu barra afora, mas regressou pouco tempo depois sem ter obtido contato. Retornou para o poço dos encouraçados, onde, às 18h43min, largou o ferro de boreste, com cinco quartéis de amarra.

<sup>26</sup> N.A.: O Comandante Vasconcellos levou os desterrados para Clevelândia, no Rio Oiapoque, na fronteira entre o Brasil e a Guiana. Dos 946 prisioneiros, 491 morreram, em sua grande maioria vitimados por uma epidemia de disenteria bacilar. Os sobreviventes regressaram ao Rio de Janeiro dois anos depois, em janeiro de 1927.

\* N.R.: Foi Diretor da Escola Naval. Em sua gestão ocorreu indisciplina grave que acarretou a expulsão de dois aspirantes, “expulsão com direito a volta no ano seguinte” de 53 aspirantes o que provocou o pedido de baixa de 174 aspirantes. Permaneceram na Escola, em 1948, cinco aspirantes veteranos e a turma de calouros. (Números da declaração do Ministro da Marinha conforme consta do livro “O motim - Escola Naval 1948”, Enelivros, 1999 de autoria do CF (Ref<sup>o</sup>) Celso Franco)

Permaneceu nesta posição mais de 24 horas, voltando a suspender no dia seguinte, 5 de novembro, às 21h04min, quando retomou a busca do *São Paulo*. Navegando para o sul, foi acompanhado pelo Cruzador *Barroso*, Contratorpedeiros *Amazonas* e *Rio Grande do Norte*, o Carvoeiro *Benevente* e o Rebocador *Commandante Dorat*, os dois últimos do Lloyd Brasileiro, e o Navio Faroleiro *Tenente Lahmeyer*. Acossados pelo mau tempo, todos buscaram abrigo na enseada de Arvoredo, ao norte da Ilha de Santa Catarina, tendo o *Minas Gerais* fundeado às 7h45min do dia 8.

Na expectativa de que as condições meteorológicas amainhassem, a Esquadra permaneceu fundeada até ao dia 10. Nesta data, o ministro recebeu a informação de que o *São Paulo* navegava em águas uruguaias. Alexandrino ordenou, então, o cancelamento da busca e transferiu-se, imediatamente, para o *Barroso*, que suspendeu às 19h45min, diretamente para o Rio de Janeiro, onde chegou, no dia seguinte, cerca de 23 horas.

No livro histórico do submersível F-3(SDGM) consta que

*“dia 4 de novembro saiu para atacar o Encouraçado “S. Paulo” que se rebelara, fazendo três imersões tendo navegado toda a noite pronto para o combate; atracou no dia 5”.*

No Memorial que encaminhou ao Presidente Arthur Bernardes, Pinto Lima incluiu a informação que lhe chegara oficialmente, e que, provavelmente, ilumina e clareia a real motivação das ácidas reminiscências imputadas aos submarinistas, naquela manhã de 4 de novembro de 1924.

*“De que esta minha exoneração foi feita para satisfação ao publico e à Marinha.” (55:12).*

## PALAVRAS FINAIS

Depois de conhecer melhor como se desenrolaram os acontecimentos, e ao cor-

rer da pena, quase me sentindo viver naquela época, também quase que por milagre foi se desvanecendo a mágoa produzida pela avaliação infundada do desempenho dos nossos pioneiros no serviço de submarinos. Esta aflitiva mágoa foi se apegando, a ponto de se tornar desprezível, em face da visão de que o pessoal da Flotilha de Submersíveis agiu segundo o ditame de suas consciências, da forma como lhes facultava a conjuntura.

O não tão democrático momento em que viveram naquele período da República, os encontrou dedicados inteiramente aos seus afazeres navais, mas não a ponto de embotar-lhes o sentido de justiça, demandando muita coragem moral e física para assumirem posturas em defesa de seus ideais. Fossem governistas ou revoltosos, assumiram seus papéis e lutaram por sua convicções.

Foram frutos da Flotilha de Submarinos,

*“escola de oficiais brilhantes e de brilhantes suboficiais e marinheiros, que pagou fartamente à Nação, os sacrifícios com ela feitos pelo Tesouro Nacional...”.* (56:147)

Estas foram palavras do Capitão-de-Mar-e-Guerra Frederico Villar ao se dirigir à Flotilha, por ocasião em que era desfeita, por baixa dos seus heróicos navios.

Ao longo de toda a obra *A vida nos FF*<sup>27</sup>, que registra em curtas crônicas as experiências vividas pelos diversos comandantes dos FF e suas guarnições, somente uma única vez é feita menção à situação aflitiva da época, nas palavras de despedida de Villar, ao afirmar que a Flotilha

*“deu a Nação esse ‘Espírito da Marinha’ - solido, inabalavel, glorioso e imortal .... ;deu-lhe a energia moral de que foi prova formidavel a Divisão Naval de Operações de Guerra ....”.*

e deu-lhe, finalmente,

*“essa formidavel resistencia ás seduções mentirosas e miseraveis da po-*

*lítica partidária demolidora da disciplina e da eficiência dos instrumentos sagrados da Defesa Nacional, que são os navios da Esquadra, que laboriosamente levamos todo esse tempo, desde 1914... constituindo entre nós, com esses velhos navios, uma pequena, mas uma das mais eficientes esquadras do mundo – como organização – justamente para não dizer só por isso - pelo 'Espírito da Marinha', que a afastava de tudo quanto não fosse a dedicação, a renúncia e o estudo das coisas profissionais, para a Defesa da Pátria!"*. (56:148)

Ainda no mesmo documento, Villar sintetiza magistralmente a especialidade:

*"É preciso haver penetrado em um submarino, mesmo nos de maior tonelagem das grandes marinhas estrangeiras, para ter-se uma idéia da complexidade daqueles 'relógios' complicados e cheios de aparelhos e instrumentos delicados, funcionando em reduzidíssimo espaço!"*

*Ser submarinista é provar, no mais alto grau, uma grande capacidade física, intelectual, técnica e moral!*

*É preciso ser forte na verdadeira acepção do termo e dar á pátria tudo: a saúde, o tempo, a inteligência e o risco constante da vida, em plena paz!"*. (56:147)

**A esses homens, não lhes podia faltar a coragem!**

☞ CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:  
<GUERRAS> / Revolução de 1924/; Levante do E. São Paulo; Flotilha de Submersíveis; Revolução de Isidoro; Conspiração Protógenes;

**Ninguém pode fazê-lo sentir-se inferior, a menos que você lhe dê permissão.**

27 N.A.: Publicada em mídia eletrônica em <http://planeta.terra.com.br/relacionamento/submarinosdobr/index.htm>.

## NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALVES DE SOUZA, Carlos. *Um embaixador em tempo de crise*. Rio de Janeiro. Ed. Francisco Alves. 1979. 361p.
2. CASCARDO, F.C. Pereira. *A Revolta do Encouraçado São Paulo. A história como aconteceu*. RMB, V.120 nº 10/12 out/dez 2000.
3. SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. *Denúncia Apresentada pelo Procurador Criminal Interino ao Exmo. Sr. Juiz da Primeira Vara Criminal*. Distrito Federal, 9 de março de 1926. Superior Tribunal Militar, 1º Volume, fls. 23. (Também in *A Insurreição do Encouraçado S. Paulo. Denúncia Offerecida*. Folheto Biblioteca da Marinha. Imprensa Naval. 1926).
4. Ministério da Marinha. *História Naval Brasileira, Quinto volume, Tomo II*. SDGM. 1985.
5. MACEDO SOARES, Gerson. *A Ação da Marinha na Revolução Paulista de 1924*. Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1932. p. 11, 12, 14, 15 e 16.
6. AMARAL PEIXOTO, Augusto do. *Autobiografia*. s.e.d. FGV/CPDOC, Fundo Augusto do Amaral Peixoto Junior. P. 10, 11, 12 e 16.
7. MACEDO SOARES, Gerson. Op. Cit. p. 152.
8. SÁ BRITO DE SOUZA, Aldo. *A Flotilha de Submersíveis e os Acontecimentos Revolucionários de 1924*. O Jornal, Distrito Federal, Quarta-feira, 19 de janeiro de 1927. Rio de Janeiro,
9. SÁ BRITO DE SOUZA, Aldo. Op. Cit.
10. SÁ BRITO DE SOUZA, Aldo. Op. Cit.
11. SÁ BRITO DE SOUZA, Aldo. Op. Cit.
12. ACHÉ, Attila Monteiro. *Julgamentos Históricos – Recurso Criminal n. 553 A Conspiração Protógenes*. Supremo Tribunal Federal, Distrito Federal, 26 de fevereiro de 1927. p. 28.
13. ACHÉ, Attila Monteiro. *Depoimento Prestado ao Serviço de Documentação da Marinha*. Fita nº 3. Rio de Janeiro, 1975.
14. ACHÉ, Attila Monteiro. *A Conspiração Protógenes Pereira Guimarães – Razões de Recurso*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1926, p.20.
15. PINTO LIMA, Armando de. *Memorial do Comandante Pinto Lima*. Arquivo Público Mineiro. Fundo Arthur Bernardes, Caixa 118, Pacote 318. Documento nº 62.
16. SÁ BRITO DE SOUZA, Aldo. Op. Cit. p. 1.
17. ACHÉ, Attila Monteiro. *Depoimento Prestado ao Serviço de Documentação da Marinha*. Op. Cit.
18. ACHÉ, Attila Monteiro. *A Conspiração Protógenes*. Op. Cit. p. 20.
19. BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Julgamentos Históricos – RCr 553 – A Conspiração Protógenes*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 26 de fevereiro de 1927, p. 38 e 39.
20. ACHÉ, Attila Monteiro, *A Conspiração Protógenes*. op. Cit. p. 20.
21. ACHÉ, Attila Monteiro. *Depoimento Prestado ao Serviço de Documentação da Marinha*. Op. Cit.
22. ACHÉ, Attila Monteiro. *Depoimento Prestado ao Serviço de Documentação da Marinha*. Op. Cit.
23. ACHÉ, Attila Monteiro. *Julgamentos Históricos – RCr 553*. Op. Cit. p. 29.
24. PINTO LIMA, Armando. Op. Cit. p. 5.
25. PINTO LIMA, Armando. Op. Cit. p. 4.
26. SÁ E ALBUQUERQUE, Olímpio. *Despacho de Impronúncia. Recurso Crime n. 553. A Chama da Conspiração Protógenes*. Supremo Tribunal Federal. Memorial dos Recorridos. *O Globo*, sd., Rio de Janeiro, p. 153.
27. BRASIL. Ministério da Marinha. *Livro de Quarto do Tender Ceará*. Serviço de Documentação da Marinha, Microfilme 597 /006 /418, q. 1215.
28. BRASIL. Ministério da Marinha. *Livro de Quarto do Tender Ceará*. Op. Cit. Q. 1216.
29. CASTRO E SILVA, José Machado. *Julgamentos Históricos – Recurso criminal 553*. Op. Cit. p. 42.

30. BRASIL. Ministério da Marinha. *Livro de Quarto do Tender Ceará*. Op. Cit. Q. 1217.
31. ALENCAR, Alexandrino. *Relação de Oficiais Presos, encaminhada ao Presidente Arthur Bernardes*. Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1924. Arquivo Público Mineiro. Fundo Arthur Bernardes. Caixa 86, Pacote 292 e Documento nº 1815.
32. ACHÉ, Attila Monteiro. *Depoimento prestado ao Serviço de Documentação da Marinha*. Op. Cit.
33. AMARAL PEIXOTO, Augusto do. *Memória da Revolução*. Montevidéu, Uruguai FGV/CPDOC. Arquivo AAP, s.d. p. 11.
34. AMARAL PEIXOTO, Augusto do. *Autobiografia*. Rio de Janeiro. FGV/CPDOC. Arquivo AAP, Se. Sd. p. 21.
35. PINTO DA LUZ, Arnaldo. *Comunicação do Chefe do Gabinete ao Exmo. Sr. Ministro da Marinha*. Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1924, p. 1. Serviço de Documentação Geral da Marinha.
36. PINTO LIMA, Armando de. Op. Cit. p. 7 e 8.
37. HERMES, Mario Jorge da Fonseca. Os Militares e a Política durante a República (Parte XXX). Rio de Janeiro. Revista Marítima Brasileira, out/dez. 1999, vol 119 nºs 10/12, p.57.
38. LIMA, Pinto. *Memorial do Commandante Pinto Lima*, op. Cit. p. 1.
39. GUILHOBEL, Renato de Almeida. *Memórias*. Rio de Janeiro. 1973. Fundação IBGE. P.154.
40. LIMA, Pinto. *Memorial do Commandante Pinto Lima*. Op. Cit. p. 7.
41. LIMA, Pinto. *Memorial do Commandante Pinto Lima*. Op. Cit. p. 3.
42. LIMA, Pinto. *Memorial do Commandante Pinto Lima*. Op. Cit. p. 7.
43. LIMA, Pinto. *Memorial do Commandante Pinto Lima*. Op. Cit. p. 10.
44. LIMA, Pinto. *Memorial do Commandante Pinto Lima*. Op. Cit. p. 10.
45. LIMA, Pinto. *Memorial do Commandante Pinto Lima*. Op. Cit. p. 11.
46. LIMA, Pinto. *Memorial do Commandante Pinto Lima*. Op. Cit. p. 11 e 12.
47. LIMA, Pinto. *Memorial do Commandante Pinto Lima*. Op. Cit. 12.
48. LIMA, Pinto. *Memorial do Commandante Pinto Lima*. Op. Cit. p. 12.
49. LIMA, Pinto. *Memorial do Commandante Pinto Lima*. Op. Cit. p. 12.
50. LIMA, Pinto. *Memorial do Commandante Pinto Lima* – Informação Prestada pelo Capitão-de-Corveta Moraes Rego ao presidente Arthur Bernardes. Op. Cit. Capa.
51. ALENCAR, Alexandrino. Presos por denúncia da Polícia como fazendo parte do grupo de Oficiais que ultimamente eram vistos constantemente com o commandante Protogenes. Gabinete do Ministro da Marinha, 25 de outubro de 1924. Arquivo Público Mineiro, Fundo Arthur Bernardes. Caixa 86, Pacote 292, Documento 1815.
52. BRASIL. Superior Tribunal Militar. *Inquérito Policial Militar do Encouraçado São Paulo*. Rio de Janeiro. 1924, fl. 679.
53. BRASIL. Superior Tribunal Militar. *Inquérito Policial Militar do Encouraçado São Paulo*, op. Cit. Fl. 678.
54. BRASIL. Superior Tribunal Militar. *Inquérito Policial Militar do Encouraçado São Paulo*, op. Cit. Fl. 600.
55. LIMA, Pinto. *Memorial do Commandante Pinto Lima*, op. cit. p. 12.
56. Ministerio da Marinha. Imprensa Naval. *A Vida nos "FF". 1914-1934*. S.e.d.

Av. Alfred Agache, s/nº – Centro,  
Aberfo de terça a domingo, de 12h às 17h.  
Entrada franca.



## Lutei na 2ª Guerra, e hoje dou testemunho da participação do Brasil

Eu sempre gostei de aventuras. Singrar os mares foi o meu destino. Participei de acontecimentos históricos. Estive em ambientes hostis, onde realizei várias missões – de apoio no transporte de tropas e patrulhamento em zona de guerra; também participei de comboios. Tive uma vida repleta de emoções.

Sou um imigrante, mas hoje posso dizer que sou brasileiro. Era um garoto quando cheguei no Brasil, e aqui ajudei a fazer a história desse imenso país em mares distantes. Eu era da Marinha americana, mas em agosto de 1944 vim transferido para a Marinha do Brasil, e com ela lutei na Segunda Guerra Mundial. Quando terminou o conflito, fui trabalhar na Flotilha de Contratorpedeiros, depois no Esquadrão de Avisos Oceânicos, onde continuei a cumprir importantes e diversificadas missões.

O tempo passou, foram 40 anos de atividade. Naveguei 295.405 milhas, 1.423 dias de mar. Mas me sinto ainda jovem, com muito por fazer. Por isso decidi não parar. Claro, tive que me adaptar aos novos tempos, fazer algumas mudanças.

Como bom marinheiro, gosto de contar histórias. E esta é a minha atividade hoje. Dou testemunho da contribuição brasileira à vitória dos Aliados. Se você quiser saber mais sobre mim e daquele que foi um dos mais importantes eventos do século XX, venha me visitar. Estou atracado no Espaço Cultural, esperando por você.

**Navio-Museu Bauru – uma Exposição Permanente sobre a  
participação da Marinha do Brasil na Segunda Guerra Mundial.**